



Sumário

| | |
|---------------------------------------|----|
| Fundação Promon: 40 anos | 02 |
| A inspiração | 02 |
| A evolução | 06 |
| O futuro | 10 |
| A FPPS em 2015 | 12 |
| Plano Promon MultiFlex | 14 |
| Plano Promon BásicoPlus | 22 |
| Plano de Gestão Administrativa | 30 |
| Governança | 34 |
| Atualizações da legislação | 35 |
| Relatório dos auditores independentes | 36 |
| Site Fundação Promon | 38 |



O ano de 2015 foi especial para a Fundação Promon de Previdência Social (FPPS): a entidade completou 40 anos de existência, com uma história marcada por atos de pioneirismo e iniciativas que ajudaram a modelar o próprio cenário da previdência complementar no país.

Contando com ativos totais de seus dois planos previdenciários na ordem de R\$ 1,36 bilhão no fim do ano, testemunhamos a concretização dos valores humanísticos dos profissionais que construíram a Promon. As sementes lançadas em 1975, antes mesmo da edição da primeira lei que veio regulamentar a previdência privada no país, possibilitaram a colheita, hoje, dos frutos de uma decisão que soube vislumbrar as necessidades do futuro.

Finalizamos 2015 com 2.746 participantes: 555 no plano Promon BásicoPlus, da modalidade benefício definido, que teve suas adesões encerradas em 2005; e 2.191 no plano Promon MultiFlex, da modalidade contribuição definida. Ao longo do ano, a FPPS pagou aos seus 715 assistidos benefícios previdenciários da ordem de R\$ 66,0 milhões e recebeu contribuições no valor total de R\$ 26,1 milhões para seus participantes ativos e autopatrocinados.

A marca da inovação está presente ao longo de toda a história da entidade. O ritmo dinâmico de modernização da sociedade e do ambiente de trabalho nessas quatro décadas levou ao constante aperfeiçoamento dos planos e dos benefícios da Fundação, tornando-a um modelo reconhecido pelos demais integrantes do sistema de previdência complementar brasileiro. Buscamos recontar essa história nas próximas páginas.

PARTICIPANTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

| | MultiFlex | BásicoPlus | Total |
|------------------|--------------|------------|--------------|
| Assistidos | 207 | 508 | 715 |
| Funcionários | 1.493 | 13 | 1.506 |
| Autopatrocinados | 441 | 34 | 475 |
| Vinculados | 50 | 0 | 50 |
| Total | 2.191 | 555 | 2.746 |

Fundação Promon 40 anos

INSPIRAÇÃO

EVOLUÇÃO

FUTURO



**Júlio César Bruschini de Queiroz,
o inspirador do projeto de
constituição da FPPS.**

A inspiração

A FPPS foi fundada em 1975 e seu primeiro plano previdenciário, lançado no início do ano seguinte. É a mais antiga entidade fechada de previdência complementar patrocinada por empresa privada em atividade no Brasil, criada logo a seguir da Fundação Caemi, que já não é mais operacional. Ela precedeu o primeiro marco regulatório do setor, a Lei 6.435, de julho de 1977, que viabilizou o crescimento da previdência complementar no país.

Foi Júlio César Bruschini de Queiroz, um dos fundadores da Promon, quem inspirou o projeto de constituição da FPPS. Suas motivações eram claras: já na década de 1960, o espírito inovador do conjunto de profissionais que construíram a Promon estabeleceu um modelo participativo de organização, com um forte lado humanístico, valorizando a realização humana e profissional de seus funcionários. Fazia todo o sentido preocupar-se com eles também na fase de aposentadoria. Isso significava buscar caminhos para assegurar recursos adicionais aos proporcionados pela aposentadoria oficial.

Vinte anos depois, Júlio contava ao Promon Comunidade, jornal dos profissionais da Promon, sobre as conversas que mantinha com os demais

dirigentes da organização: *“Era o começo dos anos 1970, vivíamos a época do Brasil grande e os jornais já traziam notícias sobre os primeiros fundos fechados das empresas estatais. A ideia de criar a Fundação ganhou boa receptividade, em parte porque o estilo conservador de meus colegas combinava bem com o plano de criar uma poupança visando às incertezas do futuro. Foi possível prever as dificuldades que se abateriam na previdência oficial.”*

Em seu primeiro comunicado sobre a Fundação, a Promon reconhecia que *“o maior patrimônio de uma empresa de engenharia consultiva são seus funcionários. Afinal, poucos são os campos de atividade, mesmo no ramo de serviços, em que se depende tanto da qualidade do pessoal para haver desenvolvimento. A Promon não só compreende isso, pois é, entre as grandes companhias do setor, a que emprega maior número de pessoas de nível universitário, como sabe que o Homem precisa ter garantias de que tudo continuará indo bem no seu ‘front’ doméstico”.*

O responsável pelo arcabouço jurídico e estrutura organizacional básica da Fundação, bem como pela “engenharia” do primeiro plano de benefícios, foi o Prof. Rio Nogueira, da Escola

Ao iniciar suas atividades nos primeiros dias do ano de 1976, a Fundação Promon de Previdência Social concretizou os propósitos da Promon Engenharia S.A., de oferecer aos seus funcionários e dirigentes um plano de complementação de benefícios previdenciais, que tem por finalidade proporcionar-lhes e a seus dependentes, a garantia de um futuro estável e tranqüilo, especialmente a partir do momento em que se vejam na contingência de se afastarem de suas atividades profissionais.

Este plano de complementação tem como objetivo, reduzir tanto quanto possível, a diferença entre a remuneração efetivamente percebida pelo funcionário ou seus dependentes, na ocasião em que deixar de trabalhar ou quando do seu falecimento, e as prestações previdenciais pagas pela previdência oficial (INPS) a ele ou à sua família dentro dos limites legalmente estabelecidos.

Procura-se, assim, amparar a quem vive do seu trabalho e aos que dele dependem evitando a diminuição drástica e forçada de sua receita, o comprometimento do seu orçamento doméstico, a diminuição compulsória do seu padrão de vida, exatamente quando a inatividade ou o desaparecimento do chefe da família, torna mais necessárias a preservação e a disponibilidade de meios e recursos que a todos garantam uma vida digna.

Trecho do Relatório Anual de 1979, explicitando as motivações que levaram à criação da FPPS.



Oswaldo Herbster de Gusmão, o primeiro superintendente da FPPS.

Nacional de Ciências Estatísticas. Um dos maiores especialistas brasileiros nos campos atuarial e previdenciário, ele foi também o responsável pela organização das entidades previdenciárias criadas na Caemi, Petrobras, Vale e Embratel.

A adesão ao plano, conhecido como *Plano Antigo*, era voluntária, os funcionários não precisavam realizar contribuições, mas mesmo assim, havia algum desinteresse, especialmente entre os mais jovens. Mesmo com o desconhecimento natural sobre o conceito de previdência complementar que nascia, com quatro meses de existência efetiva, em abril de 1976, a FPPS já contava com 1.734 participantes ativos, cerca de 85% do efetivo da Promon na época, além de 6 participantes que haviam se desligado da empresa, mas optaram por continuar contribuindo, os primeiros autopatrocinados. Nesse mesmo mês começava, ainda, a operar a carteira de empréstimos, beneficiando 53 participantes logo em seu início.

Júlio de Queiroz, inspirador da ideia, prosseguiu na disseminação interna dos benefícios da previdência complementar, até que todo o quadro de pessoal estivesse vinculado à Fundação, situação que perdura até hoje.

O primeiro superintendente da FPPS, Oswaldo Herbster de Gusmão, era assistente jurídico da diretoria na época, e confessou, anos depois, que resistiu um pouco à ideia de assumir o novo cargo: *“senti que tinha um grande desafio pela frente. Enfrentar a tarefa de realizar uma gestão administrativa era algo novo para mim. Não havia, na época, legislação específica para o setor; o sistema de previdência privada era regido pelo código civil e o controle sobre as fundações era do Ministério Público”*.

No entanto, ele fez mais do que conduzir a entidade nesses tempos iniciais, materializando o que havia sido idealizado por Júlio de Queiroz. Além de comandar a Fundação durante sua primeira década de existência, ele também contribuiu para organizar o então emergente setor, liderando a criação, em 1978, da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP). A reunião de constituição da ABRAPP foi realizada nos escritórios da Promon, em São Paulo, e Oswaldo foi designado o primeiro presidente da Associação.

Fundações Criam a Sua Entidade

Foi criada no mês de março último a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (**Abropp**).

À assembléia geral de constituição da entidade, realizada nos dias 2 e 3 na Promon Engenharia, em São Paulo, compareceram os representantes de vinte instituições previdenciárias, entre elas algumas das maiores existentes no país.

Para a presidência da **Abropp**, que terá a sua sede em São Paulo, foi eleito o superintendente da Fundação Promon de Previdência Social, Oswaldo Herbster de Gusmão, cuja contribuição à causa da formação da entidade vem desde as primeiras gestões destinadas a desenvolver o ideal associativo. Foi ele o coordenador das reuniões preparatórias que antecederam de aproximadamente um ano a assembléia de março último.

À nova entidade já se associaram instituições sediadas em cinco Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina. Mas são espera-

das para breve as adesões de organizações em funcionamento em outras regiões do país. Elas também serão consideradas "sócias fundadoras", bastando para isso que se inscrevam até 30 de junho.

A assembléia geral, que no curso do seu primeiro dia e manhã do segundo discutiu e aprovou o estatuto, elegeu também as instituições que desde já compõem o conselho deliberativo, definido como órgão de representação institucional. A votação resultou na eleição das entidades de previdência privada das seguintes organizações: Petrobrás, Banco do Brasil, Grupo Sadia, CESP, Promon Engenharia, Usiminas, VASP, Furnas, Embratel, Cosipa, Philips, Caixa Econômica do Estado de São Paulo, Eletrobrás e Caemi.

Para o conselho fiscal foram eleitas as instituições das seguintes empresas: Copel, Stea e Eletrosul.

A diretoria, presidida por Oswaldo Herbster de Gusmão, tem como vice-presidente Raimundo Sotero de Meneses

(Eletrobrás) e diretores Afonso Heleno de Oliveira Fausto (Caemi), Rubens Scuoppo (Philips), Geraldo Costa e Silva (Eletrosul), Ruy Bessone Pinto Correa (Light) e Renato Rodrigues Caldas (Caixa Econômica do Estado de São Paulo).

O estatuto estabelece que as instituições com assento no conselho deliberativo, bem como os membros da diretoria, são eleitos para um mandato de três anos. Apenas o conselho fiscal será renovado anualmente.

Criação da ABRAPP em 1978, anunciada no *Promon Notícias*, o então boletim informativo dos funcionários da Promon.

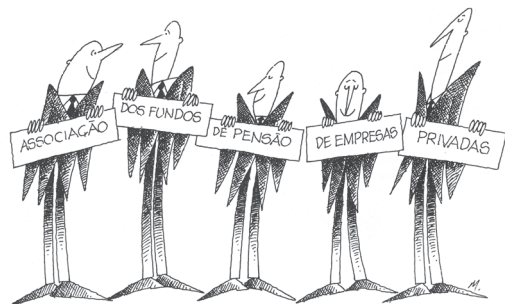
Jornal da Fundação Promon

Fundação Promon de Previdência Social

Edição extra

dezembro de 1989

Surge uma nova associação, com total apoio da Promon



Criação da APEP em 1989.

Mais tarde, em 1989, a FPPS teve ainda papel preponderante na criação da Associação dos Fundos de Pensão de Empresas Privadas (APEP) a partir de reuniões realizadas na Promon com gestores de outras fundações para debater problemas comuns.

A Informática chega à Fundação

Com o aumento e a diversificação de atividades da Fundação se tornou essencial o uso sistemático de recursos de computação. Estamos utilizando o Banco de Dados do HP3000 que serve à Promon Engenharia, além de um micro, a fim de agilizar toda a parte de finanças e o setor de benefícios da Fundação. Para isso temos contado com o apoio da Unidade de Sistemas, que nos está auxiliando nesta tarefa.

Já passaram pela Fundação

mais de 6.000 pessoas, e destas alguns cadastros devem ainda ser mantidos. Em maio tivemos 2.106 participantes, incluindo nesse número os diretos. No 1º semestre de 1985 foram solicitados 755 empréstimos pessoais e 378 contratos de financiamento de compra de ações da Promon Engenharia S.A. Temos, em junho de 1985, 65 beneficiários entre aposentados (22), pensionistas (30) e funcionários com auxílio-doença (13).

Encarte do *Promon Comunidade*, jornal dos profissionais da Promon, em 1985.

A contribuição para a evolução do setor no país prosseguiu ao longo dos anos, com a presença de outros dirigentes da Fundação na diretoria dessas entidades e em órgãos ligados ao Ministério da Previdência Social. Ainda hoje, a FPPS segue mantendo representantes em fóruns de discussão da ABRAPP, além de contar com a participação de um de seus executivos na presidência da APEP.



“Concessão de empréstimos por computador”, anunciava o então *Jornal da Fundação Promon* em novembro de 1987.

Fundação Promon representada no Conselho de Previdência Complementar

O presidente da Fundação Promon e de seu Conselho de Curadores, Julio C. B. de Queiroz (vice-presidente do Conselho de Administração da Organização Promon), é um dos novos membros do Conselho de Previdência Complementar (CPC), nomeado pelo presidente José Sarney através de ato datado de 27 de setembro de 1985.

O CPC, órgão do Ministério da Previdência e Assistência Social, foi criado para estabelecer normas e regular o funcionamento das entidades fechadas de previdência privada, constituindo assim o principal fórum para debate das questões mais relevantes para a vida do

sistema previdenciário complementar, que a Fundação Promon integra.

O CPC foi, ao lado da Secretaria da Previdência Complementar (esta última com atribuições basicamente executivas), o principal instrumento de ação do Ministério da Previdência e Assistência Social na área das fundações, mas foi pouco atuante nos últimos anos. No entanto, o novo secretário da Previdência Complementar, Lauro Farani Pedreira de Freitas, assumiu o cargo disposto a reativar o CPC e convocar os conselheiros para reuniões frequentes, visando a dar importância crescente ao órgão.

Júlio de Queiroz é designado, em 1985, membro do Conselho de Previdência Complementar, órgão do então Ministério da Previdência e Assistência Social.



Na década de 80, a informatização chega à Fundação Promon.

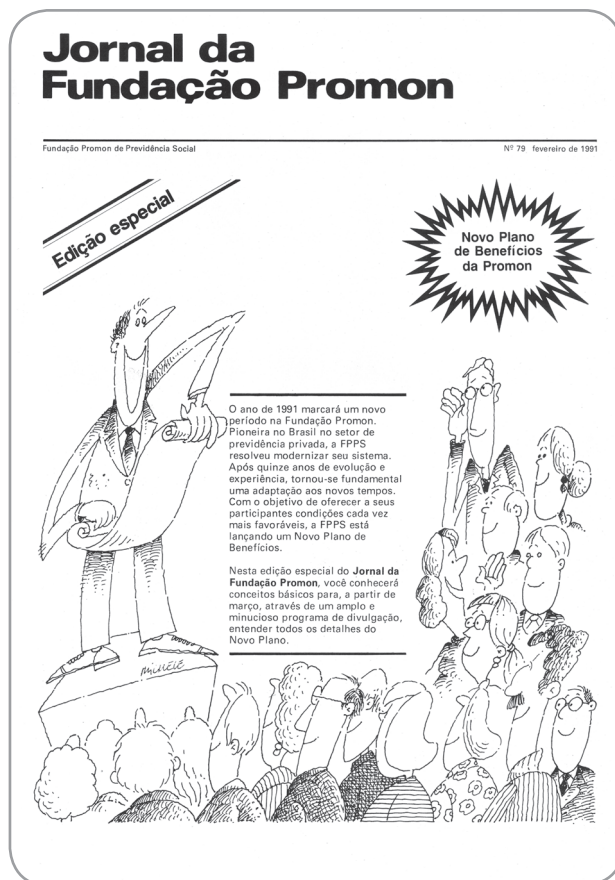
A evolução

No final da década de 1980 a Fundação implantou e manteve durante alguns anos uma Unidade de Cultura, Esportes e Lazer, dedicada ao tema Qualidade de Vida, que desenvolvia atividades e eventos relacionados a essas áreas, tais como torneios de xadrez, tênis e futebol, posteriormente repassados às Unidades de Relações Humanas de cada patrocinadora, em linha com o praticado pelas demais empresas do mercado.

O *Plano Antigo* foi mantido com poucas alterações durante esses anos iniciais. Em 1989, por exemplo, buscou-se compensar achatamentos sistemáticos sofridos nos benefícios pagos pela aposentadoria oficial, resultado das crises econômicas e financeiras pelas quais passava o Brasil, com melhorias nos benefícios pagos pelo plano aos aposentados.

Em março de 1991, após quinze anos de experiência e evolução, a FPPS lançou um novo plano de benefícios, o *Plano Básico*, de desenho mais moderno. As premissas que conduziram a iniciativa procuravam definir um plano mais imune às intempéries da conjuntura econômica brasileira da época, menos vinculado à previdência oficial e com maiores opções aos participantes. Esse novo plano, que mantinha a modalidade de benefício definido (BD) que caracterizava o *Plano Antigo*, era sustentado, em sua estrutura original, por contribuições feitas exclusivamente pelas patrocinadoras. A ele se subordinava o *Plano Suplementar*, que acolhia contribuições voluntárias dos próprios participantes. Oferecida a opção de migração para o *Plano Básico*, ela foi aceita por mais de 98% dos participantes do *Plano Antigo*.

A Lei Complementar nº 109, de maio de 2001, introduziu novos direitos para os participantes dos planos de benefícios de previdência



Lançamento do *Plano Básico*, em março de 1991.

complementar, os chamados “institutos”, ou seja, as opções de autopatrocínio, diferimento, portabilidade e resgate a serem exercidas na hipótese de desligamento do participante da patrocinadora. Com a regulamentação dos institutos, ocorrida em outubro de 2003, a legislação reconhecia a conveniência de se preservar o resultado de contribuições previdenciárias em um ambiente de maior mobilidade profissional. Todavia, isso implicou em custos e provisões não considerados quando do desenho original dos *Planos Antigo* e *Básico*. Eles foram, então, adaptados na medida dessas exigências legais. O *Plano Básico* passou a se chamar *Plano Promon BásicoPlus* e o *Plano Suplementar*, *Promon Prev Suplementar*.

Comentários gerais

O ano de 1986 trouxe muitas modificações para as entidades fechadas de previdência privada. O Plano de Estabilização Econômica, decretado pelo Governo Federal, alterou a estratégia de aplicação de recursos dessas entidades.

Em março de 1986, pela primeira vez na história dos fundos de pensão, os investimentos em ações passaram a ser o principal ativo do sistema, representando 47% do patrimônio do setor, no valor de 61 bilhões de cruzados. Em dezembro, no entanto, com a queda do mercado acionário, as Fundações apresentaram uma perda no seu patrimônio aplicado em ações.

Com o desenrolar dos acontecimentos econômicos, a aplicação de recursos no setor imobiliário tornou-se altamente atrativa.

Em junho de 1986, numa tentativa de reprimir o excessivo consumo da sociedade brasileira, o Conselho Monetário Nacional emitiu a Resolução nº 1.148, que suspendeu, até 31 de dezembro, a concessão de empréstimos pelas Fundações aos seus participantes.

A segunda metade da década de 1980 foi marcada por uma sucessão de planos econômicos, que tentavam controlar a alta inflação no país, com reflexos adversos nos fundos de pensão. Ao lado, trecho inicial do Relatório Anual de 1986 da FPPS.



O espaço da FPPS em 1989, no Condomínio São Luiz, em São Paulo.

Promon Comunidade

Jornal dos funcionários da Organização Promon

Encarte - FPPS

Fundação: boa rentabilidade nos investimentos, apesar da crise das bolsas

A Fundação Promon de Previdência Social encerrou o exercício de 1997 registrando um crescimento de 13,8 por cento em seu patrimônio, que passou de US\$137,8 milhões em 1996 para US\$156,9 milhões.

No dia 20 de fevereiro, o Conselho de Curadores da Fundação aprovou as demonstrações financeiras relativas a 1997, o orçamento para 1998 e o plano anual de custeio para este ano.

A carteira de investimentos da Fundação obteve um bom desempenho em 1997, apresentando uma rentabilidade de 13,1 por cento acima do IGP-DI. Esse resultado supera o do exercício anterior, que registrou uma valorização de 10,2 por cento acima do IGP-DI.

A crise das bolsas na Ásia prejudicou a rentabilidade dos investimentos em renda variável (ações e fundos de ações), a partir de setembro. Mas a queda foi compensada, em parte, pela alta das taxas de juros, que beneficiou os investimentos em renda fixa.

Em 1997, a Fundação inaugurou o Centro de Eventos Condomínio São Luiz, um novo espaço empresarial que, em conjunto com a Sala São

Luiz, pode ser utilizado para seminários, congressos, palestras, reuniões de negócios e convenções.

Também foi concluída no exercício a primeira expansão do Galleria Shopping, em Campinas. Uma nova ampliação está programada para este ano, prevendo-se um acréscimo de 4 400 metros quadrados de área locada.

Em 1997, o valor dos benefícios pagos pela Fundação foi de US\$5,7 milhões para um total de 292 assistidos por aposentadoria e pensão e treze por auxílio-doença.

Para o exercício de 1998, a Fundação projeta uma elevação do patrimônio para US\$182,5 milhões. O orçamento prevê um acréscimo de 23 por cento no valor total de benefícios a serem pagos este ano, já levando em conta a inclusão de 38 novos assistidos.



Promon Comunidade

FUNDAÇÃO PROMON
INFORME ESPECIAL

Jornal dos Funcionários da Organização Promon
Março de 2000

Recuperação da Bolsa traz resultado positivo para a Fundação em 1999

Em 1999, a Fundação Promon de Previdência Social obteve uma valorização de 42,2 por cento acima da TR em seus investimentos, recuperando-se com folga do resultado negativo de 1998 (3,4 por cento abaixo da TR). O patrimônio da entidade manteve o mesmo patamar de 1998 (149 milhões de dólares), apesar da desvalorização cambial do início do ano.

O resultado positivo da Fundação, cujas contas foram aprovadas pelo Conselho de Curadores no último dia 25 de fevereiro, é reflexo do bom desempenho alcançado em 1999 pelos investimentos em renda variável (ações e fundos de ações).

Para a diretora da entidade, Catharina Rácz, o superávit alcançado em 1999 dará mais fôlego à Fundação para atender as novas exigências previstas no projeto de mudança da legislação dos Fundos de Pensão, que deverá ser aprovado este ano pelo Congresso.

O cenário para o exercício de 2000 aponta para uma redução das taxas de juros no mercado interno e para um desempenho positivo da Bolsa, embora seja difícil a repetição do excelente desempenho de 1999.

A perspectiva é de que os investimentos da Fundação alcancem uma rentabilidade de 20 por cento acima da TR, superando a média dos últimos cinco anos.

A Fundação pagou 10,1 milhões de reais em benefícios no exercício de 1999. O número de assistidos aumentou de 147 para 375.



A década de 1990 também trouxe desafios à gestão dos recursos da FPPS. Acima, manchetes no *Promon Comunidade*, jornal dos profissionais da Promon, em fevereiro/março de 1998 e março de 2000.

Contudo, a Promon desejava oferecer a seus profissionais um novo instrumento previdenciário, adaptável às diferentes circunstâncias que pudessem se apresentar na vida profissional futura, permitindo, além do planejamento de condições dignas de aposentadoria, o pleno exercício dos institutos. Com o objetivo de atender a essas expectativas, foi lançado em março de 2005 o *Plano Promon MultiFlex*, na modalidade contribuição definida.

Desde sua aprovação, o *Plano MultiFlex* passou a acolher, automaticamente, todos os novos funcionários da Promon. Aqueles que já participavam dos *Planos Antigo e BásicoPlus*, sejam como funcionários ou como autopatrocinados, puderam fazer livremente sua escolha entre

permanecer em seu plano original ou migrar para o *MultiFlex*. Em 2009, essa opção de migração foi estendida aos participantes assistidos.

Para efeito de racionalização administrativa e dada a grande semelhança entre os regulamentos dos *Planos Antigo e BásicoPlus*, a Fundação promoveu um processo de fusão desses planos. Esse processo, que de nenhum modo afetou os direitos e obrigações com os participantes, foi aprovado em fevereiro de 2006. Posteriormente, em janeiro de 2007, esse processo de racionalização completou-se com a inclusão do *Plano Prev Suplementar* ao conjunto dos planos fundidos, mantendo-se para o plano resultante dessa fusão (Antigo, Básico e Suplementar) o nome de *Plano Promon BásicoPlus*.



Em 2005 nasce o Plano Promon MultiFlex.



INFORMATIVO Promon MultiFlex

julho | 2015
01/1 | 2015

1/2

| Rentabilidade | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Sep | Out | Nov | Dez | 2015 | 12 m | 24 m | 36 m |
|---------------|--------|--------|-------|--------|-------|-------|-------|-----|-----|-----|-----|-----|-------|-------|-------|--------|
| Retorno | 1,1% | 1,6% | 0,6% | 1,9% | 0,90% | 0,20% | 0,45% | | | | | | 6,9% | 10,0% | 17,5% | 39,2% |
| CDI | 118,7% | 190,3% | 64,5% | 203,0% | 97,0% | 18,7% | 37,9% | | | | | | 90,9% | 82,5% | 75,3% | 122,1% |

Indicadores econômicos

| | jul15 | 2015 | 24m | 36m |
|----------|-------|------|-------|-------|
| IMA-B | 0,7% | 7,6% | 11,2% | 21,7% |
| CDI | 1,2% | 7,2% | 20,3% | 36,1% |
| IBovespa | -4,2% | 1,7% | 5,5% | -9,3% |
| IB-X | -3,4% | 2,7% | 6,9% | 4,1% |
| INPC | 0,6% | 7,4% | 16,8% | 24,2% |

Composição da carteira (R\$ milhões)

Total R\$ 560,3 milhões

- Renda fixa: 63,5
- Renda variável: 73,5
- Fundos estruturados: 8,8
- Fundos exterior: 21,1
- Emprestimos: 393,4

Rentabilidade por classe de ativos

| | 31/07/2015 - R\$ milhão | jul15 | 2015 | 24m | 36m |
|----------------|-------------------------|-------|-------|-------|-------|
| Renda fixa | 393,4 | 0,3% | 7,3% | 18,7% | 49,8% |
| Estruturados | 63,5 | 2,1% | 7,5% | 20,3% | 32,4% |
| Renda variável | 73,5 | -1,5% | 2,0% | 6,9% | 9,0% |
| Exterior | 8,9 | 13,5% | 34,1% | - | - |
| Emprestimos | 21,1 | 11,2% | 15,7% | 31,4% | 48,0% |

Política de Investimentos (2015 - 2019)

| Segmento | Limite | | | Objetivo | R\$ milhão | % |
|--------------------------|--------|----------|----------|----------|------------|-------|
| | Legal | Inferior | Superior | | | |
| Renda fixa | 100% | 40% | 100% | 61% | 393,4 | 70,2% |
| Fundos estruturados | 20% | 0% | 20% | 13% | 63,5 | 11,3% |
| Renda variável | 70% | 0% | 30% | 16% | 73,5 | 13,1% |
| Investimento no exterior | 10% | 0% | 2% | 2% | 8,8 | 1,6% |
| Imóveis | 8% | 0% | 8% | 0% | - | - |
| Emprestimos | 15% | 0% | 15% | 6% | 21,1 | 3,8% |
| Total | - | - | - | 100% | 560,3 | 100% |

Renda fixa

O grande destaque no mês de julho na economia brasileira foi a redução da meta de superávit primário para inesperados 0,15% do PIB, surpreendendo mesmo as previsões mais pessimistas. Adicionalmente, assistimos ao acirramento da crise política que vive o país.

O resultado desta decisão fez com que o real aprofundasse sua depreciação contra o dólar, o CDS (título que mede o "risco país") do Brasil atingisse os maiores níveis do ano e a curva de juros de longo prazo no mercado interno também apresentasse forte elevação. A discussão sobre a possibilidade de perda do grau de investimento se intensificou no mês com a decisão da agência S&P de colocar uma perspectiva negativa na nota de crédito do governo brasileiro.

Para corroborar este cenário, os indicadores de inflação não dão sinais de alívio. O IPCA de julho foi de 0,59%, a maior variação para o mês desde 2008, o que fez a inflação em 12 meses chegar a 9,25%. Por conta disto, o Banco Central elevou a taxa SELIC em mais 0,5%, atingindo 14,25%. Embora tenha analisado com o fim do ciclo de alta dos juros, afirmou que a manutenção da taxa por um período longo é necessária para a convergência da inflação para a meta no final de 2016.

Valor da quota: R\$ 3,17495317

No mês de julho, o plano Promon MultiFlex apresentou uma rentabilidade de 0,45%, não conseguindo superar o seu benchmark, que é o CDI, que encerrou o mês em 1,16%. No acumulado de 2015, a rentabilidade do plano foi de 6,9%, ligeiramente inferior à variação do CDI nesse período, que foi de 7,2%. A inflação continua preocupando todos os agentes econômicos e no mês de julho o INPC ficou em 0,58%, atingindo no ano a impressionante marca de 7,4%, bem acima do teto da meta inflacionária anual.

Em julho, dado o grande nervosismo do mercado interno gerado pelo ambiente político turbulento, praticamente todas as classes de ativos do plano sofreram bastante, e, consequentemente, a classe que concentra o maior risco do plano, a de renda variável teve o pior desempenho. Por outro lado, as sucessivas desvalorizações do real frente ao dólar contribuíram bastante para que nossos investimentos no exterior tivessem um resultado excepcional no mês. Esta classe de ativos tem realizado um bom papel na estratégia de diversificação da diversificação dos seus investimentos.

Rentabilidade acumulada dos últimos 3 anos

Em 2014, mais agilidade, segurança e disponibilidade: novo sistema de gestão e Informativo Promon MultiFlex.

O futuro

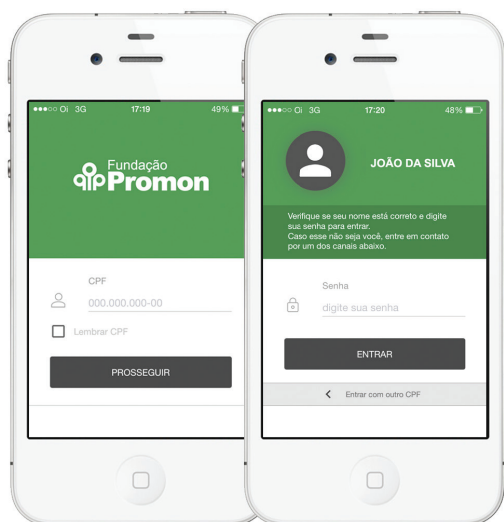
As entidades fechadas de previdência social representam um segmento econômico expressivo, fundamental para o desenvolvimento do país, além de exercerem um importante papel social. É nesse âmbito que se insere a Fundação Promon, reconhecida e respeitada dentro e fora do Grupo Promon. Foi uma das pioneiras, mas não se acomodou, soube adaptar sua estrutura e seus planos previdenciários a cada momento econômico e a cada transformação vivida pela sociedade brasileira.

Em entrevista ao então Jornal da Fundação Promon de novembro de 1990, Oswaldo de Gusmão, já aposentado, analisava o setor e a FPPS, por meio de palavras ainda oportunas: *“A atuação da Fundação Promon está intimamente ligada às origens e evolução do sistema de previdência complementar. Desde o começo, a FPPS contou com um quadro de funcionários da maior competência, seriedade e dedicação e com o apoio e confiança dos participantes. Todas essas pessoas são protagonistas do sucesso e consolidação da entidade. Dessa forma, cumprem-se os objetivos sociais que constituem o compromisso fundamental da FPPS”.*

No entanto, em um mundo cada vez mais dinâmico e em mutação, é preciso reconhecer que as mudanças ocorridas na sociedade, nas formas de trabalho e na legislação durante as últimas décadas trouxeram responsabilidades adicionais aos participantes dos planos da FPPS, principalmente àqueles ainda em fase de constituição de sua reserva previdenciária. Cada participante ativo deve compreender seu papel de protagonista do planejamento e da construção de seu próprio futuro. Deve definir metas para seu plano, traçar os caminhos para alcançá-las, iniciar a jornada, acompanhar suas reservas, celebrar as vitórias intermediárias.

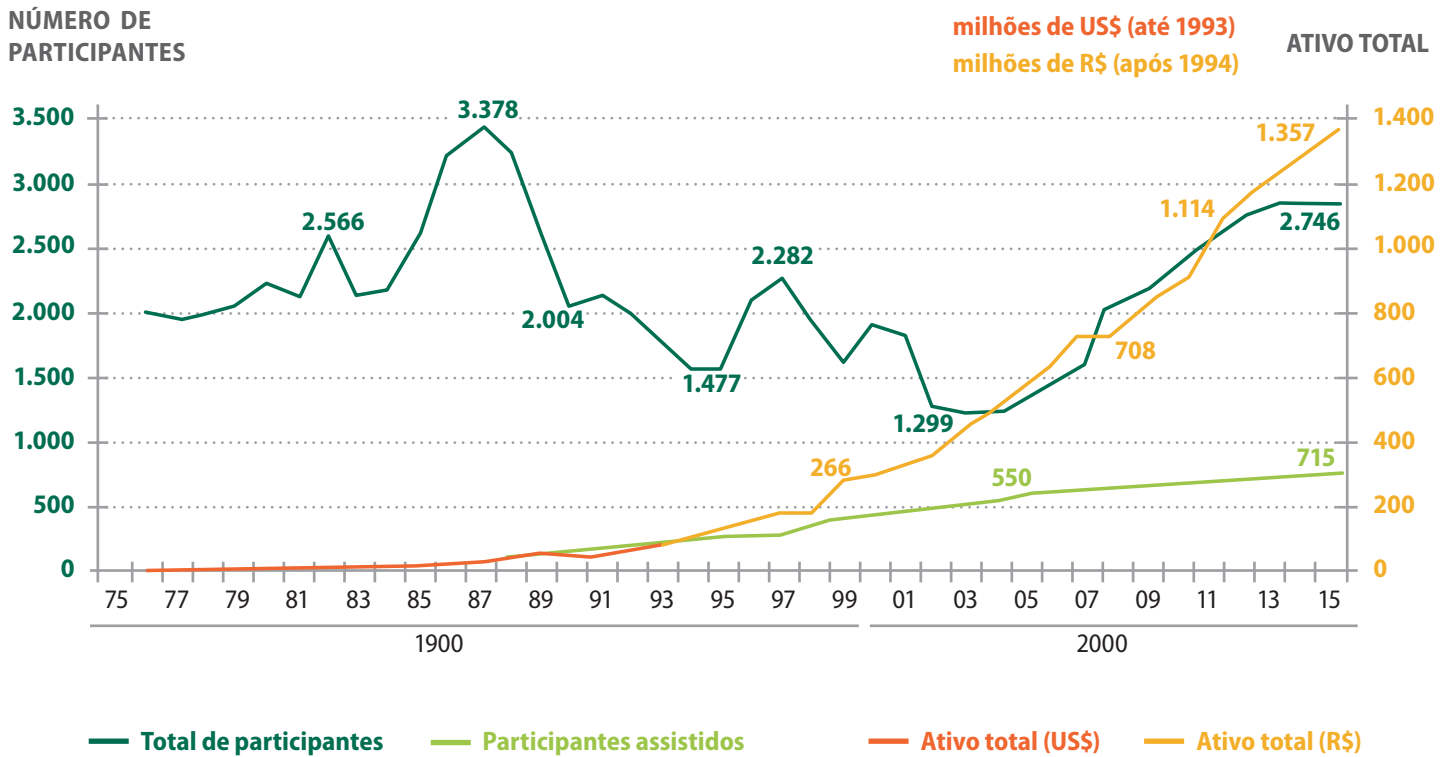
Fiel ao propósito que inspirou sua criação, a FPPS, uma entidade sólida, viva, cheia de ideias e gestora de um patrimônio expressivo de quase R\$ 1,4 bilhão, permanece presente para auxiliar na viabilização desse futuro e para contribuir para que seus participantes tenham uma aposentadoria financeiramente mais tranquila.

Acesse, também, o site que celebra os 40 anos da FPPS: www.fpps40anos.com.br



Com novas ferramentas disponíveis, como o aplicativo para celular da FPPS desenvolvido em 2015, cada participante deve compreender seu papel de protagonista do planejamento e da construção de seu próprio futuro.

HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DE PARTICIPANTES E DO ATIVO TOTAL DA FPPS



As tabelas a seguir apresentam, para os exercícios findos em 2015 e 2014:

- o balanço patrimonial da Fundação;
- a demonstração da mutação do patrimônio social da Fundação;
- a demonstração da mutação do ativo líquido dos planos Promon MultiFlex e Promon BásicoPlus.

A FPPS em 2015

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 | Valores em milhares de R\$

| ATIVO | 2015 | 2014 | PASSIVO | 2015 | 2014 |
|-------------------------------|------------------|------------------|----------------------------------|------------------|------------------|
| Disponível | 887 | 721 | Exigível operacional | 1.302 | 1.431 |
| Realizável | 1.356.657 | 1.269.357 | Gestão previdencial | 789 | 786 |
| Gestão previdencial | 27 | 1 | Gestão administrativa | 513 | 640 |
| Gestão administrativa | 167 | 77 | Investimentos | – | 5 |
| Investimentos | 1.356.463 | 1.269.279 | Exigível contingencial | 722 | 481 |
| Títulos públicos | 571.919 | 506.369 | Gestão previdencial | 722 | 481 |
| Créditos privados e depósitos | 14.398 | 12.697 | Patrimônio social | 1.355.521 | 1.268.242 |
| Fundos de investimento | 682.882 | 627.820 | Patrimônio de cobertura do plano | 1.320.184 | 1.260.392 |
| Investimentos imobiliários | 66.437 | 97.107 | Provisões matemáticas | 1.172.372 | 1.087.338 |
| Empréstimos | 19.472 | 24.272 | • Benefícios concedidos | 751.081 | 670.954 |
| Outros realizáveis | 1.355 | 1.014 | • Benefícios a conceder | 421.291 | 416.384 |
| Permanente | 1 | 76 | Equilíbrio técnico | 147.812 | 173.054 |
| Diferido | 1 | 76 | Resultados realizados | 147.812 | 173.054 |
| | | | Superávit técnico acumulado | 147.812 | 173.054 |
| | | | Fundos | 35.337 | 7.850 |
| | | | Fundos previdenciais | 28.540 | 1.723 |
| | | | Fundos administrativos | 6.755 | 6.083 |
| | | | Fundos dos investimentos | 42 | 44 |
| Total do ativo | 1.357.545 | 1.270.154 | Total do passivo | 1.357.545 | 1.270.154 |

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 | Valores em milhares de R\$

| DESCRIÇÃO | 2015 | 2014 | VARIAÇÃO (%) |
|--|------------------|------------------|--------------|
| A) Patrimônio social – Início do exercício | 1.268.242 | 1.179.910 | 7 |
| 1. Adições | 160.089 | 152.323 | 5 |
| (+) Contribuições previdenciais | 26.061 | 26.838 | (3) |
| (+) Resultado positivo dos investimentos Gestão previdencial | 126.788 | 118.404 | 7 |
| (+) Reversão de contingências Gestão previdencial | – | 106 | (100) |
| (+) Receitas administrativas | 6.458 | 6.403 | 1 |
| (+) Resultado positivo dos investimentos Gestão administrativa | 782 | 568 | 38 |
| (+) Constituição de Fundos de Investimento | – | 4 | (100) |
| 2. Destinações | (72.810) | (63.991) | 14 |
| (–) Benefícios | (66.000) | (57.635) | 15 |
| (–) Constituição de contingências Gestão previdencial | (242) | – | 100 |
| (–) Despesas administrativas | (6.568) | (6.356) | 3 |
| 3. Acréscimo no patrimônio social (1+2) | 87.279 | 88.332 | (1) |
| (+/-) Provisões matemáticas | 85.034 | 80.291 | 6 |
| (+/-) Superávit (Déficit) técnico do exercício | (25.242) | 5.699 | (543) |
| (+/-) Fundos previdenciais | 26.817 | 1.723 | 1456 |
| (+/-) Fundos administrativos | 672 | 615 | 9 |
| (+/-) Fundos dos investimentos | (2) | 4 | (150) |
| B) Patrimônio social – Fim do exercício (A+3) | 1.355.521 | 1.268.242 | 7 |

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 | Valores em milhares de R\$

| MultiFlex | 2015 | 2014 | VARIAÇÃO (%) |
|--|-----------------|-----------------|---------------------|
| A) Ativo líquido – Início do exercício | 523.267 | 470.460 | 11 |
| 1. Adições | 78.465 | 75.396 | 4 |
| (+) Contribuições | 26.800 | 27.360 | (2) |
| (+) Resultado positivo dos investimentos Gestão previdencial | 51.665 | 48.036 | 8 |
| 2. Destinações | (25.579) | (22.589) | 13 |
| (-) Benefícios | (24.136) | (21.136) | 14 |
| (-) Custeio administrativo | (1.443) | (1.453) | (1) |
| 3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2) | 52.886 | 52.807 | - |
| (+/-) Provisões matemáticas | 50.068 | 51.461 | (3) |
| (+/-) Fundos previdenciais | 3.670 | 1.723 | 113 |
| (+/-) Superávit (Déficit) técnico do exercício | (852) | (377) | 126 |
| B) Ativo líquido – Fim do exercício (A+3) | 576.153 | 523.267 | 10 |
| C) Fundos não previdenciais | 1.841 | 1.706 | 8 |
| (+/-) Fundos administrativos | 1.841 | 1.706 | 8 |

| BásicoPlus | 2015 | 2014 | VARIAÇÃO (%) |
|--|-----------------|-----------------|---------------------|
| A) Ativo líquido – Início do exercício | 738.848 | 703.942 | 5 |
| 1. Adições | 76.066 | 71.922 | 6 |
| (+) Contribuições | 942 | 1.448 | (35) |
| (+) Resultado positivo dos investimentos Gestão previdencial | 75.124 | 70.368 | 7 |
| (+) Reversão de contingências Gestão previdencial | - | 106 | (100) |
| 2. Destinações | (42.343) | (37.016) | 14 |
| (-) Benefícios | (41.864) | (36.499) | 15 |
| (-) Constituição de contingências Gestão previdencial | (242) | - | 100 |
| (-) Custeio administrativo | (237) | (517) | (54) |
| 3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2) | 33.723 | 34.906 | (3) |
| (+/-) Provisões matemáticas | 34.966 | 28.830 | 21 |
| (+/-) Fundos previdenciais | 23.147 | - | 100 |
| (+/-) Superávit (Déficit) técnico do exercício | (24.390) | 6.076 | (501) |
| B) Ativo líquido – Fim do exercício (A+3) | 772.571 | 738.848 | 5 |
| C) Fundos não previdenciais | 4.956 | 4.421 | 12 |
| (+/-) Fundos administrativos | 4.914 | 4.377 | 12 |
| (+/-) Fundos dos investimentos | 42 | 44 | (5) |

Plano Promon MultiFlex

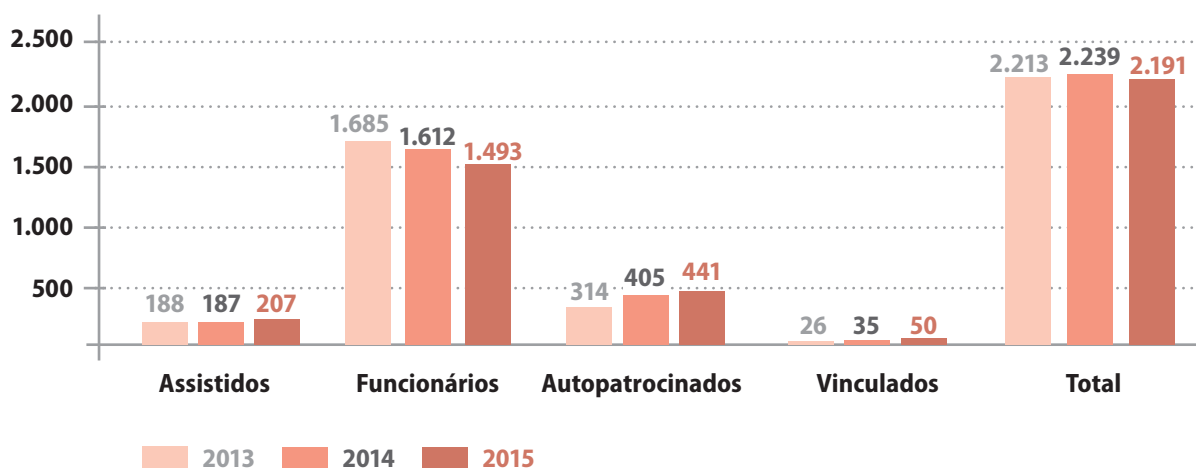
RENTABILIDADE

O Promon MultiFlex é um plano de previdência complementar na modalidade de contribuição definida. O valor dos benefícios é calculado em função do montante individual acumulado até o momento da solicitação da aposentadoria como resultado das contribuições feitas pelas patrocinadoras (e opcionalmente pelos participantes) e dos rendimentos financeiros resultantes de sua aplicação, sendo pagos na forma de renda por prazo certo.

No fim de 2015, o ativo total do plano alcançou R\$ 578,6 milhões, valor 10,1% superior ao de dezembro de 2014.

O valor da cota do plano MultiFlex apresentou no ano uma rentabilidade nominal de 10,2%, inferior ao CDI de 13,2% do período, o que corresponde a um rendimento negativo de 1,0%, em face de uma variação do INPC de 11,3% no mesmo intervalo.

NÚMERO DE PARTICIPANTES DO PLANO PROMON MULTIFLEX



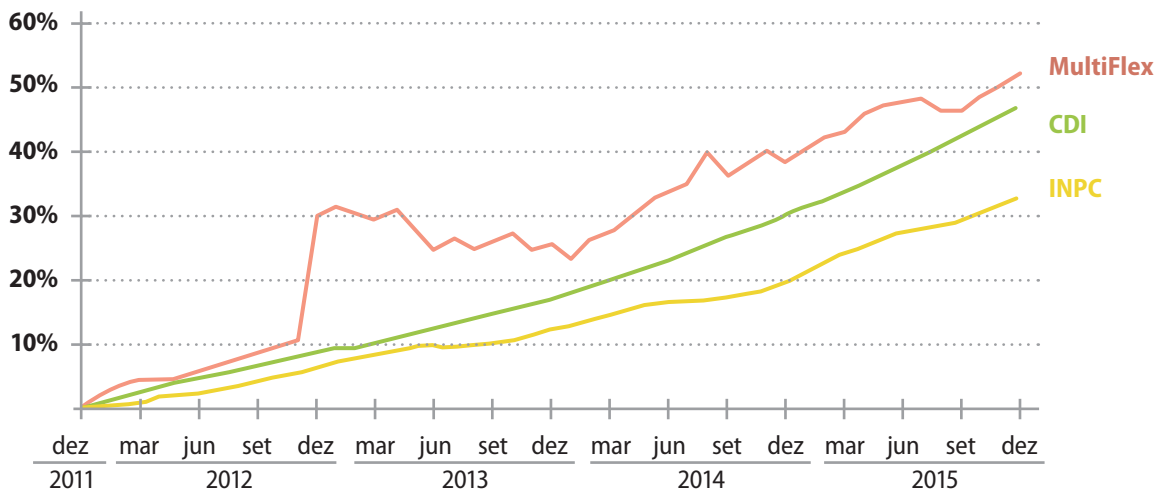
Nos dez anos e meio desde a implantação do MultiFlex, o plano teve rentabilidade real equivalente a 6,4% ao ano superior à variação do INPC. O gráfico na página ao lado ilustra as rentabilidades obtidas nos últimos quatro anos.

O volume de aportes voluntários dos participantes ativos somaram R\$ 10,2 milhões em 2015, valor cerca de 10% superior ao do ano anterior. O crescimento desses aportes, de mais de 52% nos últimos quatro anos, expressa a

importância crescente dada pelos profissionais ao seu planejamento previdenciário e ao papel de aliada da FPPS nesse processo.

O ano de 2015 foi mais um ano de desafios para o país. O Brasil perdeu o grau de investimento, assistimos à continuidade da forte queda no preço internacional de *commodities*, e vivenciamos uma situação econômica frágil e de difícil resolução, acompanhada de forte turbulência no campo político. O déficit fiscal

VARIAÇÃO DA QUOTA MULTIFLEX NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS



primário fechou o ano próximo a um novo recorde de -1,9% do Produto Interno Bruto (PIB), que por sua vez contraiu 3,8%. O índice de confiança do consumidor, medido pela Fundação Getulio Vargas, atingiu o menor nível da série iniciada em setembro de 2005, e os dados do segundo semestre mostraram uma intensa deterioração das condições de emprego e de renda. Adicionalmente, a taxa de câmbio foi fortemente depreciada, com a moeda atingindo R\$ 4,00 por dólar no fim do ano, a maior cotação desde 2002.

São todos eventos que fizeram com que o mercado financeiro tivesse um ano extremamente volátil e os ativos de maior risco, como os de renda variável, sofressem perdas consideráveis, representando um desafio para as entidades de previdência complementar.

Para contornar essas oscilações de mercado, o plano MultiFlex passou a adotar uma política de investimentos mais cautelosa, evitando ficar exposto em demasia às oscilações dos preços dos ativos. Para tanto, foi feita uma forte redução na exposição em renda variável, e diminuída a posição em títulos públicos indexados à inflação, além de aumentados os investimentos em fundos no exterior. São ajustes na carteira que

devem fazer com que, no próximo período, a oscilação brusca dos preços dos ativos financeiros cause impacto mais suave sobre a rentabilidade da quota do plano.

A **carteira de renda fixa** do plano MultiFlex encerrou o ano com um volume da ordem de R\$ 428,3 milhões, correspondentes a mais de 74% dos recursos garantidores do plano. Essa carteira, que havia registrado um bom resultado no período anterior, encerrou o ano de 2015 com uma rentabilidade de 11,4%, inferior à variação de 13,2% apresentada pelo CDI, seu marco de referência. Compõem essa carteira cerca de R\$ 130,8 milhões em títulos públicos, além de R\$ 291,6 milhões investidos em fundos administrados por gestores selecionados pela FPPS e R\$ 5,8 milhões em títulos privados.

A Fundação, no início de 2015, já prevendo um ano difícil pela frente, decidiu fazer um encurtamento da carteira de renda fixa do plano, por meio da migração para fundos DI de cerca de 40% dos recursos até então aplicados em fundos de títulos públicos – cerca de R\$ 80 milhões –, como estratégia para reduzir a volatilidade causada pelo comportamento dos juros de longo prazo e capturar a rentabilidade do CDI.

O ano de 2015, assim como os dois períodos anteriores, continuou sendo muito difícil para os mercados de risco. O ambiente econômico, marcado pela combinação da inflação ultrapassando o teto da banda definida pelo Banco Central e pela continuação da forte elevação da taxa de juros e da alta volatilidade da taxa de câmbio, impediu a retomada dos investimentos por parte das empresas e levou ao início de forte redução do crescimento da economia brasileira.

A **carteira de renda variável** do MultiFlex registrou o terceiro ano de desempenho negativo, desta vez de 5,8%, embora ainda bem superior ao seu *benchmark*, o índice IBrX, que acumulou perdas de 12,4%. Ao final do período, a carteira era composta por cerca de R\$ 48,5 milhões, R\$ 14,2 milhões investidos em dois fundos exclusivos, administrados por dois gestores escolhidos pela FPPS, e R\$ 34,3 milhões de aplicações em nove fundos abertos.

A continuidade de resultados decepcionantes na renda variável, basicamente fruto do momento adverso atravessado pelo país e pelas empresas, bem como a indicação da dificuldade de reversão desse quadro em 2016, levou a Fundação a promover, durante o ano, movimentos de ajustes na carteira que visaram à redução significativa da exposição em bolsa de valores. A alocação nessa classe de ativos, que respondia por 14,5% dos recursos garantidores do plano em 2013 e 13,6% em 2014, foi reduzida para os atuais 8,4% no fim de 2015.

A classe de ativos denominada **investimentos estruturados** é composta de aplicações em fundos multimercados abertos com perfil de risco mais agressivo e da participação em um fundo de investimento imobiliário. São investimentos que apresentam maior volatilidade, mas que reagiram bem ao ambiente adverso do mercado financeiro em 2015, resultado de reavaliações do valor de empresas que compõem os fundos de participações em que o plano tem

quotas. O total aplicado nessa carteira atingiu, no fim do ano, R\$ 68,1 milhões, correspondentes a 11,8% dos recursos garantidores do plano. Sua rentabilidade foi de 14,7%, valor superior a seu índice de referência, o CDI.

Os **investimentos no exterior**, cujas primeiras aplicações foram feitas pela FPPS em julho de 2014, são realizados por meio de fundos constituídos no Brasil, e não diretamente em ativos no exterior, por determinação da legislação. Foram feitos investimentos em três fundos de ações compostos por papéis de empresas de mercados desenvolvidos, especialmente do mercado americano, que apresentaram rendimentos excepcionais no período. O total investido nessa carteira, no fim de 2015, era de R\$ 12,7 milhões, equivalentes a 2,2% dos recursos do plano. Sua rentabilidade foi de excepcionais 52,3%, valor positivamente impactado não só pela valorização da moeda norte-americana no período, mas também pelo lado das estratégias dos fundos. O objetivo da iniciativa é diversificar mercados e ter acesso a aplicações de renda variável não disponíveis no Brasil.

O plano MultiFlex administra, ainda, uma **carteira de empréstimos** a participantes, que encerrou o ano com um saldo de R\$ 18,8 milhões, cerca de 3,3% do total dos ativos, e rentabilidade de 17,9%. Essa carteira corresponde a um volume de 772 contratos, que atendem a 615 participantes.

Alteração de gestores de fundos

Em novembro de 2015, os desdobramentos da operação Lava Jato, conduzida pelas autoridades brasileiras, culminaram com o envolvimento do principal executivo do BTG Pactual, oitavo banco brasileiro em tamanho. A notícia fez com que vários investidores institucionais que mantinham relacionamento, aplicações e negócios junto ao banco revissem suas posições. Com a Fundação Promon não foi diferente. A exposição da FPPS se dava basicamente na gestão de alguns fundos de investimentos e não em ativos emitidos

pelo próprio banco. Desta maneira, apesar de o MultiFlex não estar exposto ao risco de crédito decorrente, a decisão da Diretoria, corroborada pelo Comitê de Investimentos e pelo Conselho Deliberativo da entidade, foi pela saída, até onde possível, dos investimentos geridos por aquela instituição. Essa alteração de gestores, comunicada na ocasião aos participantes do plano por meio de Informativo, ainda não está inteiramente refletida no demonstrativo analítico de investimentos ao final do exercício, uma vez que devem ser observados os regulamentos de cada fundo quanto aos prazos pactuados para saque dos recursos. Todas as alterações possíveis foram efetivadas até janeiro de 2016.

Hipóteses e métodos atuariais

No exercício, de forma a atender a dispositivos previstos pela legislação, a Willis Towers Watson, atuário da FPPS, realizou dois estudos para a parcela da reserva dedicada aos benefícios de risco. O primeiro analisou a aderência da hipótese adotada de crescimento real de salário dos participantes ativos, funcionários das empresas do Grupo Promon. O segundo visou verificar a aderência da taxa real de juros do plano de benefícios, com base na projeção de expectativa de retorno, alocação de ativos e compromissos atuariais. O resultado dessas análises, em conjunto com os estudos de aderência e adequação das hipóteses biométricas e demográficas realizadas em 2013 pela mesma empresa, substanciou a aprovação pelo Conselho Deliberativo, em reunião realizada em 10 de dezembro de 2015, das hipóteses e premissas atuariais relativas ao exercício de 2015.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

O Conselho Deliberativo da Fundação Promon, em reunião ocorrida em 10 de dezembro de 2015, aprovou a revisão da Política de Investimentos do plano MultiFlex, válida para o período 2016-2020, obedecendo às disposições legais estabelecidas pela Resolução CGPC n. 7, de 04 de dezembro de 2003, que define que a vigência da política de investimentos das entidades fechadas de previdência complementar é de, no mínimo, cinco anos, com revisões anuais.

Para subsidiar a deliberação, a exemplo dos anos anteriores, a Fundação Promon contou com o apoio de empresa especializada para realizar novo Estudo Tático de Fronteira Eficiente. Esse estudo verifica a relação entre as diversas classes de ativos que compõem o portfólio de investimentos do plano, permitindo a construção de carteiras que tendem a produzir o máximo de rentabilidade para o nível de risco considerado adequado ao plano.

Adicionalmente, a construção do portfólio de investimentos da Fundação leva em conta as restrições de aplicação em classes de ativos impostas pela Legislação vigente (Resolução do Conselho Monetário Nacional n. 3.792, de 24 de setembro de 2009). Os números refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentos táticos de acordo com as condições de mercado.

Em 2016, a expectativa de manutenção da inflação em patamares elevados, dos juros altos e da volatilidade nos mercados de renda fixa e variável continua a exigir cautela nos investimentos das entidades de previdência complementar. Para fazer frente a esse cenário, a FPPS promoveu alguns ajustes em sua Política de Investimentos para o próximo período.

Com relação à Política vigente no ano anterior, as principais alterações foram:

- aumento de 61% para 68% da alocação-objetivo na renda fixa, com correspondente redução de 16% para 10% para a renda variável, reconhecendo as baixas expectativas de retorno nas aplicações em bolsa nesse momento do cenário econômico do país;
- aumento de 2% para 5% da alocação-objetivo nos investimentos no exterior, uma vez que essa classe de ativos deve continuar a oferecer boas oportunidades de retorno;
- alteração da composição do índice de referência da renda fixa, de (60% CDI + 40% IMAB) para (65% CDI + 35% IMAB), resultado das alterações realizadas nessa classe de ativos durante o período, que privilegiaram um maior volume de aplicações em fundos referenciados ao CDI;
- alteração dos índices de referência dos investimentos estruturados e dos investimentos no exterior, de (INPC + 5% aa) para, respectivamente, o CDI e o MSCI Global (ACWI), por serem mais compatíveis com as referidas classes de ativos.

Apreçamento

A Fundação Promon pratica, desde 31 de dezembro de 2012, a marcação a mercado para todos os ativos que compõem o portfólio de aplicações do plano MultiFlex, de acordo com os

critérios recomendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

Esse método consiste em registrar todos os ativos, para efeito de valorização e cálculo de quotas dos fundos de investimento, pelo preço transacionado no mercado na data de cálculo ou, quando esse preço não é observável, pela melhor estimativa de preço que o ativo teria em uma eventual transação feita no mercado financeiro naquela data. Tal preço de mercado para os diferentes ativos é estabelecido por um agente custodiante independente – no caso da Fundação Promon, o Banco Itaú Unibanco S.A.

Derivativos

Os mandatos outorgados pela Fundação Promon aos gestores de seus fundos exclusivos permitem que eles utilizem derivativos tão somente para fins de *hedge*, vetando-lhes a prática de operações a descoberto ou alavancadas. Essas restrições não existem na carteira de fundos multimercados não institucionais que integra o segmento de investimentos estruturados. O controle da aderência a essas disposições é feito pela custódia e, adicionalmente, por relatórios semanais gerados pelos consultores especializados em gestão de risco.

| Segmento / Mandato | Índice de Referência Benchmark | Limite Legal | Alocação-Objetivo | LIMITES Inferior Superior | |
|-----------------------------|--------------------------------|--------------|-------------------|-----------------------------|------|
| Renda fixa | 65% CDI + 35% IMAB | 100% | 68% | 22% | 100% |
| Renda variável | IBrX | 70% | 10% | 0% | 30% |
| Investimentos estruturados | CDI | 20% | 13% | 0% | 20% |
| Investimentos no exterior | MSCI Global (ACWI) | 10% | 5% | 0% | 5% |
| Imóveis | INPC+5% ao ano | 8% | 0% | 0% | 8% |
| Operações com participantes | INPC+5% ao ano | 15% | 4% | 0% | 15% |

PLANO ANUAL DE CUSTEIO PARA 2016

O plano anual de custeio para o período compreendido entre abril de 2016 e março de 2017 mantém a contribuição mensal básica efetuada pelas patrocinadoras para os participantes ativos, definida no regulamento do plano como sendo de 5% do salário nominal do participante ativo.

As patrocinadoras, no entanto, decidiram suspender as contribuições normais feitas no período anterior, de valor equivalente a um terço da contribuição normal feita pelo participante ativo, limitado a 3% do salário nominal de participação. As patrocinadoras não realizarão contribuição para custeio dos benefícios de risco (morte e invalidez de participante ativo) durante esse próximo período, visto que o valor presente dos benefícios está coberto pelo patrimônio do plano.

Os participantes autopatrocinados devem, necessariamente, realizar a contribuição básica mensal de 5% do salário nominal. A contribuição destinada à cobertura dos benefícios de risco também não precisará ser paga por tais participantes durante o período.

O custeio administrativo terá como fontes a contribuição individual feita por todos os participantes e uma destinação dos rendimentos dos investimentos. O valor mensal da contribuição individual será alterado para R\$ 55,00 por participante (ativo, autopatrocinado, vinculado ou assistido), uma correção significativamente inferior à inflação dos últimos quatro anos, período de vigência do valor anterior. A complementação necessária será feita mediante a destinação, no ano, do correspondente a 0,40% dos investimentos dos recursos garantidores do plano, conforme decisão do Conselho Deliberativo tomada na reunião de 24 de março de 2016.

RETIRADA PARCIAL DE PATROCÍNIO

Com a venda da participação acionária que a Promon detinha na Trópico Sistemas e Telecomunicações da Amazônia Ltda. e na Vectura Serviços e Software Ltda., ambas as empresas solicitaram a retirada de seu patrocínio no plano MultiFlex. Os documentos que suportam essa solicitação, devidamente aprovados pelo Conselho Deliberativo da FPPS, estão em processo de análise junto ao órgão fiscalizador (PREVIC). Depois de concedida a autorização legal, os participantes vinculados a essas duas patrocinadoras exercerão seu direito de opção, individualmente, em relação ao montante dos recursos que lhes couber.

A Fundação Cultural Promon, também patrocinadora, mas sem participantes vinculados ao MultiFlex, aproveitou a oportunidade para solicitar a retirada de seu patrocínio do plano.

Os processos não trazem consequência alguma para os demais participantes.

As tabelas a seguir apresentam:

- **a rentabilidade dos investimentos do plano para cada segmento de aplicação nos últimos três exercícios;**
- **o comparativo de alocação em cada classe de ativo;**
- **o demonstrativo analítico detalhado dos recursos sob gestão própria e gestão de terceiros.**

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

MultiFlex

| SEGMENTOS | 2015 | 2014 | 2013 |
|----------------------------|--------------|--------------|---------------|
| Renda fixa | 11,4% | 12,6% | (5,5%) |
| Renda variável | (5,8%) | (0,4%) | (1,4%) |
| Investimentos estruturados | 14,7% | 8,5% | 7,9% |
| Investimentos no exterior | 52,3% | 18,4% | - |
| Empréstimos | 17,9% | 12,7% | 12,8% |
| Total | 10,2% | 10,6% | (3,4%) |

INDICADORES

| | | | |
|--------------------|---------|--------|---------|
| CDI | 13,2% | 10,8% | 8,1% |
| 50% CDI – 50% IMAB | 11,0% | 12,6% | (1,3%) |
| Ibovespa | (13,3%) | (2,9%) | (15,5%) |
| IBrX | (12,4%) | (2,8%) | (3,1%) |
| INPC+5% ao ano | 16,5% | 11,7% | 10,9% |

COMPARATIVO DE ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS | Valores em milhares de R\$

| MultiFlex | 31/12/2015 | | 31/12/2014 | | LIMITE DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS | | LIMITE LEGAL (*) |
|------------------------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|-------------------------------------|-------------|------------------|
| | R\$ mil | % | R\$ mil | % | Inferior | Superior | |
| Renda fixa | 428.305 | 74,3 | 364.153 | 69,5 | 40% | 100% | 100% |
| Títulos privados | 5.841 | 1,0 | 5.213 | 1,0 | | | |
| Fundos exclusivos | 307.782 | 53,4 | 348.762 | 66,6 | | | |
| Fundos abertos | 114.682 | 19,9 | 10.178 | 1,9 | | | |
| Renda variável | 48.474 | 8,4 | 71.106 | 13,6 | 0% | 30% | 70% |
| Fundos exclusivos | 14.228 | 2,5 | 37.439 | 7,1 | | | |
| Fundos abertos | 34.246 | 5,9 | 33.668 | 6,4 | | | |
| Investimentos estruturados | 68.075 | 11,8 | 58.455 | 11,2 | 0% | 20% | 20% |
| Fundos exclusivos | 40.582 | 7,0 | 34.538 | 6,6 | | | |
| Fundos abertos | 27.493 | 4,8 | 23.917 | 4,6 | | | |
| Investimentos no exterior | 12.672 | 2,2 | 6.595 | 1,3 | 0% | 2% | 10% |
| Investimentos imobiliários | - | - | - | - | 0% | 8% | 8% |
| Empréstimos a participantes | 18.567 | 3,2 | 22.931 | 4,4 | 0% | 15% | 15% |
| Disponível | 695 | 0,1 | 542 | 0,1 | | | |
| Total | 576.788 | 100,0 | 523.782 | 100,0 | | | |

(*) Conforme Resolução CMN n. 3.792, de 24/09/2009, alterada pela Resolução CMN n. 4.275, de 31/10/2013.

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS INVESTIMENTOS

| Valores em milhares de R\$

| MultiFlex | 31/12/2015 | | 31/12/2014 | |
|---|----------------|--------------|----------------|--------------|
| | R\$ mil | % | R\$ mil | % |
| Recursos garantidores das reservas técnicas | 576.788 | 100,0 | 523.782 | 100,0 |
| GESTÃO PRÓPRIA | 25.102 | 4,4 | 28.686 | 5,5 |
| Investimentos de renda fixa | 5.841 | 1,0 | 5.213 | 1,0 |
| Títulos privados | 5.841 | 1,0 | 5.213 | 1,0 |
| Empréstimos a participantes | 18.567 | 3,2 | 22.931 | 4,4 |
| Disponível | 695 | 0,1 | 542 | 0,1 |
| GESTÃO TERCEIRIZADA | 551.686 | 95,6 | 495.096 | 94,5 |
| Investimentos de renda fixa | 422.465 | 73,2 | 358.940 | 68,5 |
| HSBC FIC Jequitibá | 176.952 | 30,7 | 135.696 | 25,9 |
| • Santander FI Angelim | 46.618 | 8,1 | 27.301 | 5,2 |
| • Votorantim FI Angico | 42.278 | 7,3 | 25.383 | 4,8 |
| • BTG Sucupira ^(*) | 38.878 | 6,7 | 43.034 | 8,2 |
| • Itaú FI Paineira | 33.041 | 5,7 | 20.667 | 3,9 |
| • BNP Paribas FI Garantãs | 16.137 | 2,8 | 19.311 | 3,7 |
| Bradesco Mogno | 77.598 | 13,5 | 123.179 | 23,5 |
| BTG Sucupira II ^(*) | 53.232 | 9,2 | 80.932 | 15,5 |
| Bradesco Referenciado DI Federal Extra ^(**) | 51.813 | 9,0 | – | – |
| Itaú Soberano Referenciado DI Longo Prazo ^(**) | 51.476 | 8,9 | – | – |
| BRZ Multi Recebíveis II | 9.624 | 1,7 | 8.457 | 1,6 |
| Lacan Equil FIM | 1.770 | 0,3 | 1.721 | 0,3 |
| BNP Paribas Castanheira Institucional | – | – | 8.955 | 1,7 |
| Investimentos de renda variável | 48.474 | 8,4 | 71.106 | 13,6 |
| Bradesco FIA Promon | 7.780 | 1,3 | 17.231 | 3,3 |
| M Square FIC FIA | 7.626 | 1,3 | 7.627 | 1,5 |
| BTG Pactual Dividendos FIA ^(*) | 7.224 | 1,3 | 4.997 | 1,0 |
| BTG Pactual Absoluto FIA ^(*) | 6.609 | 1,1 | 3.842 | 0,7 |
| HSBC FIC FIA Pau Brasil | 6.447 | 1,1 | 20.208 | 3,9 |
| Pátria Pipe Feeder I FIC FIA | 4.838 | 0,8 | 3.834 | 0,7 |
| Vinci Valor Dividendos | 2.960 | 0,5 | 3.056 | 0,6 |
| Vinci Dividendos | 2.262 | 0,4 | 2.261 | 0,4 |
| Vinci Valor FIC FIA | 753 | 0,1 | 875 | 0,2 |
| Rio Bravo Fundamental FIA | 1.573 | 0,3 | 1.730 | 0,3 |
| Fator Sinergia FIA | 402 | 0,1 | 890 | 0,2 |
| Jardim Botânico FIC FIA | – | – | 2.338 | 0,4 |
| Kondor Equity FIA | – | – | 2.217 | 0,4 |
| Investimentos estruturados | 68.075 | 11,8 | 58.455 | 11,2 |
| Citibank Aroeira Multimercado FIC FI | 40.582 | 7,0 | 34.538 | 6,6 |
| Pátria Real Estate III FIP | 9.950 | 1,7 | 8.360 | 1,6 |
| Pátria Real Estate II FIP | 3.888 | 0,7 | 2.877 | 0,5 |
| Verde AM V FIC FIM (ex CSHG IX FIC FIM) | 7.812 | 1,4 | 909 | 0,2 |
| Verde AM IV FIC FIM (ex CSHG IV FIC FIM) | – | – | 6.618 | 1,3 |
| Stratus SCP Brasil FIP | 3.907 | 0,7 | 5.153 | 1,0 |
| BTG Pactual Timberland FIC FIP ^(****) | 1.937 | 0,3 | – | – |
| Investimentos no exterior | 12.672 | 2,2 | 6.595 | 1,3 |
| M Square Global Equity Managers Institute FIC FIM IE | 5.102 | 0,9 | 3.388 | 0,6 |
| BB Multimercado BlackRock IE FI | 4.891 | 0,8 | 3.207 | 0,6 |
| BB Multimercado Nordea IE FI ^(****) | 2.679 | 0,5 | – | – |

(*) em 31/12/2015, valores em processo de alteração de gestor, do BTG Pactual para o HSBC^(a), Santander^(b) e Bradesco^(c) | ^(**) início em março de 2015 |^(***) início em julho de 2015 | ^(****) início em novembro de 2015

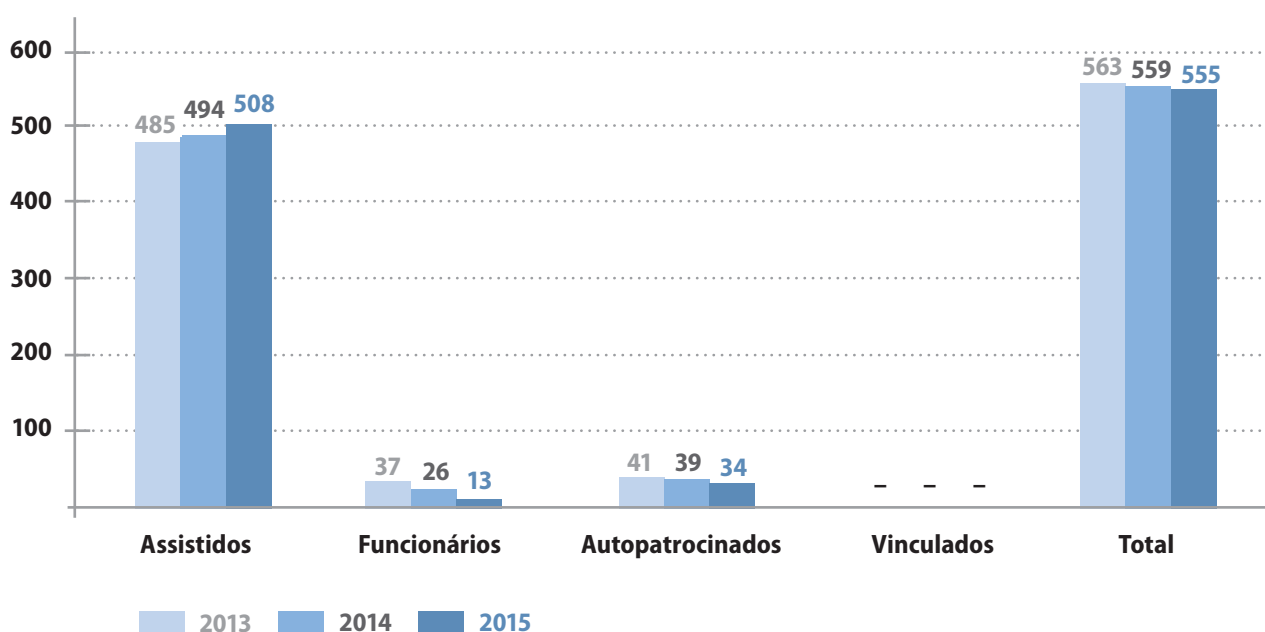
Plano Promon BásicoPlus

RENTABILIDADE

O Promon BásicoPlus é um plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido. Suas adesões foram encerradas em 2005.

Os ativos do plano totalizaram R\$ 778,8 milhões no fim de 2015, representando uma rentabilidade bruta de 10,3% no período, valor abaixo da meta atuarial do plano, que ficou em 16,5%.

NÚMERO DE PARTICIPANTES DO PLANO PROMON BÁSICOPLUS



Como comentado no início do capítulo anterior, o país sofreu, em 2015, turbulências de ordem econômica e política que trouxeram impactos significativos na confiança tanto das pessoas quanto das empresas, nos investimentos, na volatilidade da taxa de câmbio e na deterioração do mercado de trabalho. Esses eventos fizeram com que o mercado financeiro vivesse um ano difícil e os ativos de maior risco, como os de renda variável, sofressem perdas consideráveis, um cenário extremamente desafiador para as entidades de previdência complementar.

A **carteira de renda variável** do BásicoPlus, responsável por 6,2% dos ativos garantidores do plano, registrou no ano um desempenho

negativo de 8,1%, embora ainda bem superior ao seu *benchmark*, o índice IBrX, que ficou negativo em 12,4%. No fim do período, a carteira era composta por cerca de R\$ 47,7 milhões, R\$ 34,2 milhões investidos em dois fundos exclusivos, administrados por dois gestores escolhidos pela FPPS, e R\$ 13,5 milhões de aplicações em sete fundos abertos e outros realizáveis.

Por sua vez, a **classe de renda fixa**, com ativos de R\$ 583,0 milhões representando 75,3% dos ativos garantidores do plano, obteve um bom desempenho e atingiu a meta atuarial do plano, alcançando 17,2% ao ano, valor superior à taxa do CDI, que ficou em 13,2%. Dessa carteira, R\$ 571,9 milhões estão alocados em títulos públicos

de prazos variáveis, a serem mantidos até seu vencimento e contratados com taxas superiores à meta atuarial, o que continua deixando o plano imune às decisões relativas à taxa Selic. Outros R\$ 11,1 milhões estão investidos em fundos exclusivos e abertos, administrados por gestores selecionados pela FPPS, e em títulos privados.

As aplicações na classe denominada **investimentos estruturados**, cujos ativos são compostos por aplicações em fundos multimercados abertos e pela participação em um fundo de investimento imobiliário, representam 7,5% do patrimônio total do plano. São investimentos que apresentam maior volatilidade e que devem ser analisados pelo seu retorno de longo prazo. Registraram uma boa performance no período. Os recursos aplicados nessa carteira atingiram, no fim do ano, R\$ 58,0 milhões, e sua rentabilidade foi de 19,8%, valor significativamente superior à meta atuarial do plano.

Os **investimentos no exterior**, cujas primeiras aplicações foram realizadas pela FPPS em julho de 2014, são realizados por meio de fundos constituídos no Brasil, e não diretamente em ativos no exterior, por determinação da legislação. Foram feitos investimentos em três fundos de ações compostos por papéis de empresas de mercados desenvolvidos, especialmente do mercado americano, que apresentaram rendimentos excepcionais no período. O total investido nessa carteira, ao final do período, era de R\$ 17,7 milhões, equivalentes a 2,3% dos recursos do plano. Sua rentabilidade foi de excepcionais 52,3%, valor positivamente impactado não só pela valorização da moeda norte-americana no período, mas também pelo lado das estratégias dos fundos. O objetivo da iniciativa é diversificar mercados e ter acesso a aplicações de renda variável não disponíveis no Brasil.

O plano BásicoPlus mantém, ainda, uma pequena **carteira de empréstimos** a participantes, que encerrou o ano com um saldo de R\$ 0,9 milhão. Os empréstimos são remunerados por meio da cobrança de INPC mais 6% ao ano.

A **carteira imobiliária** do plano BásicoPlus é composta por dez unidades e outras pequenas áreas para locação no Condomínio São Luiz, na cidade de São Paulo, e corresponde a ativos no valor de R\$ 66,4 milhões ao final de 2015, cerca de 8,6% da carteira do plano. Resultado do processo de reavaliação de valores promovido no fim do período, detalhado a seguir, bem como da vacância observada em três das unidades, a carteira obteve, no ano, uma rentabilidade negativa de 26,2%.

Reavaliação do valor dos imóveis

Como informado aos participantes do plano por meio de comunicado encaminhado no início de 2016, os investimentos imobiliários são contabilizados pelos seus respectivos valores econômicos, obtidos por meio de laudos de avaliação elaborados periodicamente por empresas especializadas independentes, aprovadas pela administração da Fundação.

Em 2013, uma avaliação realizada pela empresa Cushman & Wakefield (C&W), registrou o expressivo aumento ocorrido à época no valor de mercado dos imóveis comerciais. Como consequência, os imóveis detidos pelo BásicoPlus viram seu valor subir de R\$ 55,6 milhões em setembro daquele ano para R\$ 98,9 milhões em outubro. O novo valor claramente refletia certa euforia com relação ao mercado imobiliário naquele momento pré-crise.

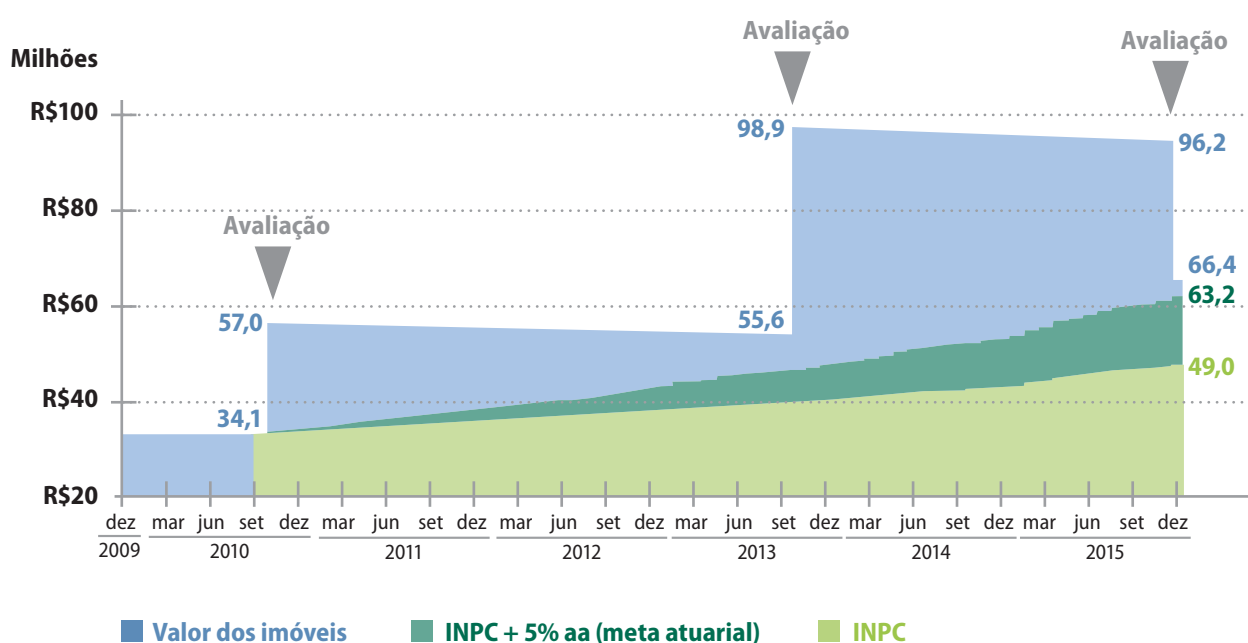
Em novembro de 2015, a Fundação contratou a mesma empresa C&W para realizar nova avaliação. O laudo técnico calculou o valor de mercado dos imóveis do plano em R\$ 66,5 milhões, constatando a queda significativa sofrida por todo o mercado imobiliário do país, fruto do momento de incertezas sobre a economia brasileira. A FPPS refletiu esse novo valor em seu balanço de dezembro de 2015, conforme deliberação nesse sentido tomada pelo Conselho Deliberativo da FPPS em reunião de 10 de dezembro de 2015. A Fundação acredita,

no entanto, que esse quadro de depressão no mercado de imóveis para escritórios poderá ser revertido no médio e no longo prazos, com a recomposição dos valores quando de uma recuperação econômica do país e do retorno do crescimento das empresas.

Mesmo assim, observa-se no gráfico a seguir que o valor dos imóveis da Fundação superou a meta atuarial de INPC + 5% aa nos últimos cinco anos. A esses valores deve ser acrescentada,

ainda, a rentabilidade advinda da locação desses imóveis durante todo esse período, o que torna o investimento ainda mais atrativo. Verifica-se, dessa maneira, que a estratégia de investimento de parte da carteira em ativos imobiliários, além de representar uma diversificação importante do risco, vem proporcionando rentabilidades superiores à meta adequada a um plano de modalidade benefício definido, como o BásicoPlus.

EVOLUÇÃO DO VALOR DOS IMÓVEIS



Alteração de gestores de fundos

Em novembro de 2015, os desdobramentos da operação Lava Jato, conduzida pelas autoridades brasileiras, levou ao envolvimento do principal executivo do BTG Pactual, oitavo banco brasileiro em tamanho. A notícia fez com que vários investidores institucionais que mantinham relacionamento, aplicações e negócios junto ao banco revissem suas posições. Com a Fundação Promon não foi diferente. A exposição da FPPS se dava basicamente na gestão de alguns fundos de investimentos e não em ativos emitidos

pelo próprio banco. Dessa forma, apesar de o BásicoPlus não estar exposto ao risco de crédito decorrente, a decisão da Diretoria, corroborada pelo Comitê de Investimentos e pelo Conselho Deliberativo da entidade, foi pela saída, até onde possível, dos investimentos geridos por aquela instituição. Essa alteração de gestores ainda não está inteiramente refletida no demonstrativo analítico de investimentos do final do exercício, uma vez que devem ser observados os regulamentos de cada fundo quanto aos prazos pactuados para saque dos recursos. Todas as alterações possíveis foram efetivadas até janeiro de 2016.

Hipóteses e Métodos atuariais

A avaliação atuarial foi elaborada a partir da adoção de um conjunto de hipóteses e métodos atuariais resultante de um processo de interação entre a Willis Towers Watson, atuário contratado para realizar esse estudo, e a Fundação Promon, contando com o aval das patrocinadoras.

O modelo utilizado pelo atuário para realização do cálculo de aderência da taxa de desconto considerou os fluxos futuros de pagamento de benefícios líquido das receitas de contribuições do plano BásicoPlus e a projeção de retorno real composto anualizado dos recursos garantidores do plano. A partir do resultado dessas análises, a Fundação, adotando o princípio do conservadorismo, optou pela manutenção da taxa real de juros já utilizada nos exercícios anteriores, de 5,0% ao ano.

Um segundo estudo contratado, de forma a atender a dispositivos previstos pela legislação, analisou a aderência da hipótese de crescimento real de salário dos participantes ativos, funcionários das empresas do Grupo Promon.

O resultado dessas análises, somado aos estudos de aderência e adequação das hipóteses biométricas e demográficas realizadas em 2013 também pela Willis Towers Watson, substanciou a aprovação pelo Conselho Deliberativo, em reunião em 10 de dezembro de 2015, das hipóteses e premissas atuariais relativas ao exercício de 2015, as mesmas já utilizadas no período anterior:

| | |
|----------------------------------|--|
| 1 Método de financiamento | Crédito unitário projetado |
| 2 Taxa de desconto | INPC+5% ao ano |
| 3 Tábua biométrica | AT-2000 (desagravada em 20%) |
| 4 Crescimento salarial | 3% ao ano para funcionários, salário de participação constante para autopatrocinados |
| 5 Rotatividade de pessoal | Nula |
| 6 Entrada em benefício | Experiência de aposentadoria antecipada BásicoPlus |

Superávit e Reserva especial

O superávit acumulado do plano ficou em R\$ 147,6 milhões no período. A relação entre esse superávit e o passivo atuarial excedeu 21,1%, patamar para o BásicoPlus determinado pela Resolução CNPC n. 22, de 25 de novembro de 2015, que estabeleceu novas definições acerca das regras de solvência dos planos e determinou nova fórmula de cálculo da reserva de contingência para garantia dos benefícios. Com isso, pelo terceiro ano consecutivo o plano passou a apresentar uma reserva especial, de R\$ 22,8 milhões.

Entretanto, de acordo com a Resolução CNPC n. 22/2015, para fins de cálculo de montante a ser destinado, a taxa máxima de juros deve corresponder ao teto estabelecido na Portaria PREVIC n. 197/2015 reduzida em um ponto percentual. Essa taxa máxima, para o BásicoPlus, era de 5,69% ao ano, que, reduzida em um ponto percentual, resulta na taxa de 4,69% ao ano.

O atuário da FPPS, ao apurar os resultados considerando essa taxa de juros de 4,69% ao ano, registrou que o superávit técnico passou a ser menor do que 21,1% das provisões matemáticas, sendo todo o seu valor alocado em reserva de contingência e tornando a reserva especial nula em 31 de dezembro de 2015. Dessa forma, conforme determina a Resolução CGPC n. 26/2008, não haverá destinação de reserva especial.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

O Conselho Deliberativo da Fundação Promon, nas reuniões ocorridas em 10 de dezembro de 2015 e 24 de março de 2016, aprovou a revisão da Política de Investimentos do plano BásicoPlus, válida para o período 2016-2020, obedecendo às disposições legais estabelecidas pela Resolução CGPC n. 7, de 04 de dezembro de 2003, que define que a vigência da política de investimentos das entidades fechadas de previdência complementar é de, no mínimo, cinco anos, com revisões anuais.

A maturidade alcançada pelo plano permitiu a aprovação da manutenção da distribuição da carteira pelo Conselho Deliberativo da entidade, com ajustes pontuais no portfólio. A alocação-objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração dessa Política.

Adicionalmente, a construção do portfólio de investimentos da Fundação leva em conta as restrições de aplicação em classes de ativos impostas pela legislação vigente. Os números refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentos táticos de acordo com as condições de mercado.

Em 2016, a expectativa de manutenção da inflação em patamares elevados, juros altos e volatilidade nos mercados de renda fixa e variável continua a exigir cautela nos investimentos das entidades de previdência complementar. Para fazer frente a esse cenário, a FPPS promoveu alguns ajustes em sua Política de Investimentos para o próximo período. Com relação à Política vigente no ano anterior, as principais alterações foram:

- aumento de 70% para 72% da alocação-objetivo na renda fixa, com correspondente redução de 8% para 6% na renda variável, reconhecendo as baixas expectativas de retorno nas aplicações em bolsa nesse momento do cenário econômico do país;
- alteração do índice de referência dos investimentos no exterior, de (INPC + 5% aa) para o MSCI Global (ACWI), por ser mais compatível com a referida classe de ativos.

O desenquadramento passivo dos valores dos imóveis, que levou essa classe de investimentos a compor 13% da carteira total do plano no fim de 2014, foi reduzido para cerca de 8,6% em dezembro de 2015, por conta da nova avaliação realizada no período, como detalhado anteriormente. Esse valor, ainda acima do limite legal de 8%, permanece sendo monitorado pelos órgãos diretivos da Fundação e não exige providências imediatas de

desinvestimento, por representar um valor inferior ao do superávit do plano.

Apreçamento

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e dos fundos de investimentos nos quais o plano aplica recursos devem ser marcados a valor de mercado, de acordo com os critérios recomendados pela CVM e pela Anbima. Esse método consiste em registrar todos os ativos, para efeito de valorização e cálculo de quotas dos fundos de investimento, pelo preço transacionado no mercado ou, quando esse preço não é observável, pela melhor estimativa de preço que o ativo teria em uma eventual transação feita no mercado financeiro.

Isso não exclui, porém, a possibilidade de o plano contabilizar os títulos que pretende carregar até o vencimento pela taxa do papel, método chamado de marcação na curva, o que é feito, por exemplo, nos títulos públicos que não estão sob gestão direta de terceiros. A decisão de aquisição desses títulos e sua manutenção na carteira até o vencimento foi a estratégia adotada para proteger o plano de eventuais volatilidades nas taxas de juros de longo prazo, o que efetivamente vem se verificando. A adoção desse critério, respaldada por nossa capacidade financeira de manter os títulos até seu vencimento, e confirmada pelo estudo de ALM realizado em 2014, está formalmente aprovada pelos órgãos reguladores.

Derivativos

Os mandatos outorgados pela Fundação Promon aos gestores de seus fundos exclusivos permitem que eles utilizem derivativos tão somente para fins de *hedge*, vetando-lhes a prática de operações a descoberto ou alavancadas. Essas restrições não existem na carteira de fundos multimercados não institucionais que integra o segmento de investimentos estruturados. O controle da aderência a essas disposições é feito pela custódia e, adicionalmente, por consultores especializados em gestão de risco.

| Segmento / Mandato | Índice de Referência Benchmark | Limite Legal | Alocação-Objetivo | LIMITES Inferior Superior | |
|-----------------------------|--------------------------------|--------------|-------------------|-----------------------------|------|
| Renda fixa | INPC+5% ao ano | 100% | 72% | 48% | 100% |
| Renda variável | IBrX | 70% | 6% | 0% | 20% |
| Investimentos estruturados | INPC+5% ao ano | 20% | 11% | 0% | 20% |
| Investimentos no exterior | MSCI Global (ACWI) | 10% | 2% | 0% | 3% |
| Imóveis | INPC+5% ao ano | 8% | 8% | 0% | 8% |
| Operações com participantes | INPC+5% ao ano | 15% | 1% | 0% | 2% |

PLANO ANUAL DE CUSTEIO PARA 2016

A utilização da rentabilidade projetada para os excedentes patrimoniais como fonte de custeio do plano continuará permitindo manter apenas as contribuições, tanto das patrocinadoras quanto dos participantes autopatrocinados, necessárias à cobertura das despesas administrativas. Essa contribuição será de 2,59% dos salários de participação no período compreendido entre abril de 2016 e março de 2017.

O Conselho Deliberativo aprovou, ainda, a destinação de 0,35% ao ano dos investimentos dos recursos garantidores para complemento da fonte de custeio do plano e a progressiva constituição de um fundo administrativo mais robusto.

Por motivos de caráter técnico e visando a preservar a isonomia no tratamento da relação entre valor do benefício e tempo de participação no plano, as contribuições associadas à cobertura do serviço passado (a "joia" do plano de 1976) continuarão a ser cobradas, de acordo com o estabelecido no regulamento do plano.

RETIRADA PARCIAL DE PATROCÍNIO

Conforme reportado no ano anterior, com a venda da participação acionária que a Promon detinha na Trópico Sistemas e Telecomunicações da Amazônia Ltda., a referida empresa solicitou em 2014 a retirada de seu patrocínio no plano BásicoPlus. O processo e os documentos pertinentes, devidamente aprovados pelo Conselho Deliberativo da FPPS, foram submetidos à análise e

aprovados pelo órgão fiscalizador por meio da Portaria n. 570, de 27 de outubro de 2015.

Os 19 participantes vinculados a essa patrocinadora – todos eles assistidos ou autopatrocinados – exercerão no primeiro semestre de 2016 seu direito de opção, individualmente, em relação ao montante dos recursos que lhes cabe, conforme determinado pela legislação pertinente.

A Fundação Cultural Promon, também patrocinadora, mas sem participantes vinculados ao BásicoPlus, teve sua solicitação de retirada de patrocínio aprovada pela PREVIC por meio da mesma Portaria citada anteriormente.

Os processos não trazem consequência alguma para os demais participantes.

As tabelas a seguir apresentam:

- a rentabilidade dos investimentos do plano para cada segmento de aplicação nos últimos três exercícios;
- o comparativo de alocação em cada classe de ativo;
- o demonstrativo analítico detalhado dos recursos sob gestão própria e gestão de terceiros.

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

BásicoPlus

| SEGMENTOS | 2015 | 2014 | 2013 |
|----------------------------|--------------|--------------|--------------|
| Renda fixa | 17,2% | 12,8% | 12,2% |
| Renda variável | (8,1%) | (2,5%) | (1,9%) |
| Investimentos estruturados | 19,8% | 8,4% | 11,8% |
| Investimentos no exterior | 52,3% | 18,4% | - |
| Imóveis | (26,2%) | 7,4% | 99,4% |
| Empréstimos | 17,1% | 12,4% | 13,7% |
| Total | 10,3% | 10,7% | 17,9% |

INDICADORES

| | | | |
|--------------------------------|---------|--------|---------|
| CDI | 13,2% | 10,8% | 8,1% |
| Ibovespa | (13,3%) | (2,9%) | (15,5%) |
| IBrX | (12,4%) | (2,8%) | (3,1%) |
| INPC+5% ao ano (meta atuarial) | 16,5% | 11,7% | 10,9% |

COMPARATIVO DE ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS | Valores em milhares de R\$

| BásicoPlus | 31/12/2015 | | 31/12/2014 | | LIMITE DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS | | LIMITE LEGAL (*) |
|------------------------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|-------------------------------------|-------------|------------------|
| | R\$ mil | % | R\$ mil | % | Inferior | Superior | |
| Renda fixa | 582.976 | 75,3 | 526.982 | 71,2 | 50% | 100% | 100% |
| Títulos públicos | 571.919 | 73,9 | 506.369 | 68,4 | | | |
| Títulos privados | 8.558 | 1,1 | 7.484 | 1,0 | | | |
| Fundos exclusivos | 1.621 | 0,2 | 12.275 | 1,7 | | | |
| Fundos abertos | 878 | 0,1 | 854 | 0,1 | | | |
| Renda variável | 47.745 | 6,2 | 56.901 | 7,7 | 0% | 20% | 70% |
| Fundos exclusivos | 34.155 | 4,4 | 37.652 | 5,1 | | | |
| Fundos abertos | 12.235 | 1,6 | 18.236 | 2,5 | | | |
| Outros ativos | 1.355 | 0,2 | 1.014 | 0,1 | | | |
| Investimentos estruturados | 57.971 | 7,5 | 47.820 | 6,5 | 0% | 20% | 20% |
| Fundos exclusivos | 24.409 | 3,2 | 22.136 | 3,0 | | | |
| Fundos abertos | 33.562 | 4,3 | 25.684 | 3,5 | | | |
| Investimentos no exterior | 17.669 | 2,3 | 9.893 | 1,3 | 0% | 2% | 10% |
| Investimentos imobiliários | 66.437 | 8,6 | 97.107 | 13,1 | 0% | 8% | 8% |
| Empréstimos a participantes | 906 | 0,1 | 1.341 | 0,2 | 0% | 2% | 15% |
| Disponível | 86 | 0,0 | 84 | 0,0 | | | |
| Total | 773.789 | 100,0 | 740.128 | 100,0 | | | |

(*) Conforme Resolução CMN n. 3.792, de 24/09/2009, alterada pela Resolução CMN n. 4.275, de 31/10/2013.

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS INVESTIMENTOS

| Valores em milhares de R\$

| BásicoPlus | 31/12/2015 | | 31/12/2014 | |
|--|----------------|--------------|----------------|--------------|
| | R\$ mil | % | R\$ mil | % |
| Recursos garantidores das reservas técnicas | 773.789 | 100,0 | 740.128 | 100,0 |
| GESTÃO PRÓPRIA | 649.260 | 83,9 | 613.399 | 82,9 |
| Investimentos de renda fixa | 580.477 | 75,0 | 513.853 | 69,4 |
| Títulos públicos | 571.919 | 73,9 | 506.369 | 68,4 |
| Títulos privados | 8.558 | 1,1 | 7.484 | 1,0 |
| Investimentos de renda variável | 1.355 | 0,2 | 1.014 | 0,1 |
| Ouro | 1.355 | 0,2 | 1.014 | 0,1 |
| Investimentos imobiliários | 66.437 | 8,6 | 97.107 | 13,1 |
| Edificações para locação | 66.437 | 8,6 | 97.107 | 13,1 |
| Empréstimos a participantes | 906 | 0,1 | 1.341 | 0,2 |
| Disponível | 86 | 0,0 | 84 | 0,0 |
| GESTÃO TERCEIRIZADA | 124.529 | 16,1 | 126.729 | 17,1 |
| Investimentos de renda fixa | 2.499 | 0,3 | 13.129 | 1,8 |
| HSBC FIC Jequitibá | 1.621 | 0,2 | 4.189 | 0,6 |
| • BTG Sucupira ^(a) | 356 | 0,0 | 1.328 | 0,2 |
| • Santander FI Angelim | 427 | 0,1 | 843 | 0,1 |
| • Votorantim FI Angico | 387 | 0,1 | 784 | 0,1 |
| • Itaú FI Paineira | 303 | 0,0 | 638 | 0,1 |
| • BNP Paribas FI Guarantãs | 148 | 0,0 | 596 | 0,1 |
| Lacan Equil FIM | 878 | 0,1 | 854 | 0,1 |
| BNP Paribas Castanheira Institucional | – | – | 8.086 | 1,1 |
| Investimentos de renda variável | 46.390 | 6,0 | 55.887 | 7,6 |
| HSBC FIC FIA Pau Brasil | 18.821 | 2,4 | 20.195 | 2,7 |
| Bradesco FIA Promon | 15.334 | 2,0 | 17.457 | 2,4 |
| BTG Pactual Dividendos FIA ^(b) | 2.206 | 0,3 | 2.256 | 0,3 |
| BTG Pactual Absoluto FIA ^(b) | 1.223 | 0,2 | 1.238 | 0,2 |
| M Square FIC FIA | 3.346 | 0,4 | 3.346 | 0,5 |
| Rio Bravo Fundamental FIA | 3.147 | 0,4 | 3.460 | 0,5 |
| Vinci Valor FIC FIA | 1.054 | 0,1 | 1.224 | 0,2 |
| Vinci Valor Dividendos | 987 | 0,1 | 1.019 | 0,1 |
| Fator Sinergia FIA | 274 | 0,0 | 607 | 0,1 |
| Kondor Equity FIA | – | – | 3.266 | 0,4 |
| Jardim Botânico FIC FIA | – | – | 1.819 | 0,2 |
| Investimentos estruturados | 57.971 | 7,5 | 47.820 | 6,5 |
| Citibank Aroeira Multimercado FIC FI | 24.409 | 3,2 | 22.136 | 3,0 |
| Pátria Real Estate II FIP | 15.809 | 2,0 | 11.808 | 1,6 |
| Pátria Real Estate III FIP | 3.316 | 0,4 | 2.786 | 0,4 |
| Verde AM V FIC FIM (ex CSHG IX FIC FIM) | 9.249 | 1,2 | 1.406 | 0,2 |
| Lacan Florestal FIP | 4.220 | 0,5 | 2.179 | 0,3 |
| BTG Pactual Timberland FIC FIP ^(c) | 968 | 0,1 | – | – |
| Verde AM IV FIC FIM (ex CSHG IV FIC FIM) | – | – | 7.505 | 1,0 |
| Investimentos no exterior | 17.669 | 2,3 | 9.893 | 1,3 |
| M Square Global Equity Managers Institute FIC FIM IE | 7.653 | 1,0 | 5.082 | 0,7 |
| BB Multimercado BlackRock IE FI | 7.336 | 0,9 | 4.811 | 0,6 |
| BB Multimercado Nordea IE FI ^(d) | 2.679 | 0,3 | – | – |

(a) em 31/12/2015, valores em processo de alteração de gestor, do BTG Pactual para o HSBC^(a) e Bradesco^(b) | ^(c) início em julho de 2015 | ^(d) início em novembro de 2015

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) é uma entidade contábil que centraliza o registro das receitas e das despesas administrativas da Fundação, por meio de balanço próprio, referentes a seus gastos com a gestão previdencial e de investimentos. Tem seus recursos financeiros aplicados conforme política de investimentos própria, e suas regras de funcionamento estão estabelecidas em seu regulamento, aprovado pelo Conselho Deliberativo.

As **despesas administrativas** são contabilizadas no PGA considerando-se o plano previdenciário correspondente, ou seja, as despesas específicas de cada plano de benefícios são alocadas diretamente a eles, e as despesas comuns aos planos são segregadas de acordo com um critério de rateio elaborado por consultores externos especializados. Em 2015, esse critério de rateio foi objeto de um estudo elaborado pela empresa JCM&B Consultores, que buscou atualizar a forma de distribuição, alocação e apropriação desses gastos comuns, proporcionando a visualização do real custo de cada um dos planos de benefícios da FPPS.

Dessa maneira, as despesas administrativas previdenciárias comuns foram rateadas na proporção do número de participantes de cada plano, ponderado segundo sua situação (ativo, autopatrocinado ou assistido), de maneira a refletir, da melhor forma possível, o esforço administrativo associado ao plano. Já as despesas administrativas comuns de investimentos foram rateadas na proporção do valor do patrimônio de cada plano de benefícios. Em 2015, as despesas totalizaram R\$ 6,6 milhões, sendo R\$ 3,5 milhões referentes ao plano MultiFlex e R\$ 3,1 milhões referentes ao plano BásicoPlus.

As **receitas administrativas** representam as contribuições dos participantes e das patrocinadoras e a parcela dos rendimentos dos investimentos, de acordo com o plano anual de custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo. As contribuições em 2015 foram de R\$ 6,6 milhões, sendo R\$ 3,4 milhões correspondentes ao plano MultiFlex e R\$ 3,2 milhões correspondentes ao plano BásicoPlus.

O patrimônio do PGA é constituído pela acumulação da diferença entre receitas e despesas administrativas de cada plano de benefícios, cuja sobra ou insuficiência no exercício é alocada ou revertida ao respectivo fundo administrativo. O saldo em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 6,9 milhões, sendo R\$ 1,8 milhões do plano MultiFlex e R\$ 5,1 milhões do plano BásicoPlus.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Com relação à Política vigente no ano anterior, as principais alterações aprovadas pelo Conselho Deliberativo em sua reunião de 10 de dezembro de 2015 foram:

- aumento de 90% para 92% da alocação-objetivo na renda fixa, com correspondente redução de 10% para 8% na classe de investimentos estruturados;
- alteração dos índices de referência dos investimentos em renda fixa, de 98% para 97,5% do CDI, e dos investimentos estruturados, do IFM para o CDI, por serem mais compatíveis com as referidas classes de ativos.

| Segmento / Mandato | Índice de Referência Benchmark | Limite Legal | Alocação-Objetivo | LIMITES Inferior Superior | |
|-----------------------------|--------------------------------|--------------|-------------------|-----------------------------|------|
| Renda fixa | 97,5% CDI | 100% | 92% | 90% | 100% |
| Renda variável | – | 70% | | | |
| Investimentos estruturados | CDI | 20% | 8% | 0% | 10% |
| Investimentos no exterior | – | 10% | | | |
| Imóveis | – | 8% | | | |
| Operações com participantes | – | 15% | | | |

As tabelas a seguir apresentam:

- a rentabilidade alcançada pelos investimentos nos três últimos períodos;
- a demonstração de resultados;
- as despesas administrativas referentes aos exercícios de 2015 e 2014.

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

PGA

| SEGMENTOS | 2015 | 2014 | 2013 |
|--------------|--------------|--------------|-------------|
| Renda fixa | 13,0% | 10,6% | 7,9% |
| Total | 13,0% | 10,6% | 7,9% |
| INDICADORES | | | |
| CDI | 13,2% | 10,8% | 8,1% |

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS INVESTIMENTOS

Valores em milhares de R\$

| PGA | 31/12/2015 | | 31/12/2014 | |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | R\$ mil | % | R\$ mil | % |
| Recursos garantidores das reservas técnicas | 6.774 | 100,0 | 5.995 | 100,0 |
| GESTÃO PRÓPRIA | 107 | 1,6 | - | - |
| Disponível | 107 | 1,6 | - | - |
| GESTÃO TERCEIRIZADA | 6.666 | 98,4 | 5.995 | 100,0 |
| Investimentos de renda fixa | 6.666 | 98,4 | 5.995 | 100,0 |
| Santander Soberano DI | 6.666 | 98,4 | 5.995 | 100,0 |

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Valores em milhares de R\$

| | MultiFlex | | BásicoPlus | | Consolidado | |
|---------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 |
| Salários e encargos | 1.914 | 1.941 | 1.264 | 1.256 | 3.178 | 3.196 |
| Consultoria atuarial | 118 | 142 | 98 | 150 | 216 | 293 |
| Consultoria contábil | - | 19 | - | 3 | - | 22 |
| Consultoria jurídica | 79 | 88 | 52 | 63 | 131 | 151 |
| Auditoria contábil | 33 | 3 | 23 | 2 | 56 | 6 |
| Sistemas | 38 | 74 | 25 | 25 | 63 | 98 |
| Gestão/Planejamento estratégico | 512 | 408 | 353 | 280 | 865 | 688 |
| Custódia | 282 | 283 | 399 | 383 | 681 | 667 |
| Impostos e taxas | 230 | 205 | 259 | 238 | 489 | 443 |
| Outras despesas | 296 | 347 | 593 | 444 | 889 | 791 |
| Total | 3.503 | 3.511 | 3.065 | 2.844 | 6.568 | 6.356 |

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 | Valores em milhares de R\$

| PGA | 2015 | 2014 | VARIAÇÃO (%) |
|--|----------------|----------------|--------------|
| A) Fundo administrativo do exercício anterior | 6.083 | 5.468 | 11 |
| 1. Custeio da gestão administrativa | 7.240 | 6.971 | 4 |
| 1.1. Receitas | 7.240 | 6.971 | 4 |
| Custeio administrativo da gestão previdencial | 1.681 | 1.970 | (15) |
| Custeio administrativo dos investimentos | 4.731 | 4.326 | 9 |
| Taxa de administração de empréstimos e financiamentos | 36 | 106 | (66) |
| Resultado positivo dos investimentos | 782 | 568 | 38 |
| Outras receitas | 10 | 1 | 900 |
| 2. Despesas administrativas | (6.568) | (6.356) | 3 |
| 2.1. Administração previdencial | (3.137) | (3.179) | (1) |
| Pessoal e encargos | (1.812) | (1.795) | 1 |
| Treinamentos, congressos e seminários | (6) | (15) | (60) |
| Viagens e estadias | (7) | (2) | 250 |
| Serviços de terceiros | (865) | (874) | (1) |
| Despesas gerais | (129) | (110) | 17 |
| Depreciações e amortizações | (75) | (160) | (53) |
| Tributos | (243) | (223) | 9 |
| 2.2. Administração dos investimentos | (3.431) | (3.175) | 8 |
| Pessoal e encargos | (1.364) | (1.401) | (3) |
| Treinamentos, congressos e seminários | (5) | (12) | (58) |
| Viagens e estadias | (5) | (2) | 150 |
| Serviços de terceiros | (565) | (499) | 13 |
| Despesas gerais | (1.165) | (973) | 20 |
| Tributos | (247) | (220) | 12 |
| Outras despesas | (80) | (68) | 18 |
| 2.3. Outras despesas | - | (2) | (100) |
| 3. Constituição/Reversão de contingências administrativas | - | - | - |
| 4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios | - | - | - |
| 5. Resultado negativo dos investimentos | - | - | - |
| 6. Sobre/insuficiência da gestão administrativa (1-2-3-4-5) | 672 | 615 | 9 |
| 7. Constituição/reversão do fundo administrativo (6) | 672 | 615 | 9 |
| 8. Operações transitórias | - | - | - |
| B) Fundo administrativo do exercício atual (A+7+8) | 6.755 | 6.083 | 11 |

Governança

O ano de 2015 trouxe algumas alterações nas composições dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação, bem como de sua Diretoria Executiva.

De acordo com o Estatuto da FPPS, em junho de 2015 a Promon S.A. designou Cássio Ricardo de Moura para integrar o Conselho Deliberativo, e Fabio Bittencourt Ramos de Oliveira para integrar o Conselho Fiscal da Fundação, para mandatos que se encerram em setembro de 2016. Cassio Moura, até então membro do Conselho Fiscal, veio substituir José Rodrigo Parreira, que solicitou seu desligamento do Conselho Deliberativo em razão de limitações de agenda provenientes do novo cargo que assumiu em uma das patrocinadoras da Fundação.

Cumprindo o processo iniciado há cerca de um ano, por meio do qual se preparou a sucessão de Wagner Tirolli, diretor-presidente da Fundação desde 2010, o Conselho Deliberativo da FPPS, em reunião realizada em 25 de junho de 2015, fazendo uso de sua atribuição estatutária, elegeu para a posição Milton Lopes Antelo Filho, que desde setembro de 2013 atuava como diretor da Fundação. Durante o exercício de seu mandato, Wagner Tirolli desempenhou seu papel com incontestável competência e dedicação, contribuindo de maneira relevante para o desenvolvimento e a consecução dos objetivos previdenciários da FPPS. Mário Sérgio de Pina Ribeiro e Márcia Fernandes Kopelman, que já compunham a Diretoria Executiva, permanecem em suas posições.

Todos os novos integrantes dos órgãos de governança da Fundação foram designados para completar o mandato que se encerra em setembro de 2016.

Em dezembro de 2015, a FPPS foi submetida a uma diligência fiscal conduzida pela PREVIC, em seu papel de órgão supervisor e fiscalizador dos fundos de pensão. A diligência, conduzida por auditores-fiscais durante cerca de duas semanas, seguiu as diretrizes do modelo de supervisão baseada em risco adotada pela autarquia e apontou a aderência da Fundação Promon aos requisitos legais nos itens auditados.

Atualizações na legislação

Em 2015, o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) – respectivamente, órgãos regulador e fiscalizador/supervisor das entidades privadas de previdência complementar (EPCCs) – publicaram importantes Resoluções e Instruções, que visaram a disciplinar e alterar alguns procedimentos e obrigações dessas entidades. Um sumário das principais alterações está indicado a seguir:

| | |
|--|--|
| Instrução PREVIC n. 19, de 04/02/2015 | Dispõe sobre critérios para definição da duração do passivo e da taxa de juros parâmetro, bem como do ajuste de precificação de títulos públicos. |
| Instrução PREVIC n. 20, de 20/03/2015 | Classifica as EPCCs em perfis, para fins de supervisão no âmbito da PREVIC. |
| Instrução PREVIC n. 21, de 23/03/2015 | Altera a Instrução MPS/SPC n. 34, de 24/09/2009, sobre prazos de envio de demonstrações contábeis e outros documentos à PREVIC. |
| Resolução CNPCC n. 17, de 30/03/2015 | Dispõe sobre a contratação de seguro para planos de benefícios. |
| Resolução CNPCC n. 18, de 30/03/2015 | Altera a Resolução CGPC n. 12, de 17/09/2002, sobre planos previdenciários instituídos. |
| Resolução CNPCC n. 19, de 30/03/2015 | Dispõe sobre os processos de certificação, habilitação e qualificação no âmbito das EPCCs. |
| Instrução PREVIC n. 22, de 15/04/2015 | Altera as Instruções PREVIC n. 13, de 12/11/2014, e n. 12, de 13/10/2014, sobre prazos de envio do Relatório Anual de Informações e entrada em vigor dos planos de custeio. |
| Resolução CNPCC n. 20, de 18/06/2015 | Altera procedimentos contábeis das EPCCs. |
| Resolução CNPCC n. 21, de 18/06/2015 | Altera exigências de certificação para o exercício de cargos e funções nas EPCCs. |
| Instrução PREVIC n. 23, de 26/06/2015 | Estabelece procedimentos na realização de estudos técnicos que visem a atestar a adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes dos planos de benefício. |
| Instrução PREVIC n. 24, de 08/09/2015 | Altera a Instrução PREVIC n. 12, de 13/10/2014, sobre prazo de informação dos planos previdenciários autorizados a publicar Demonstrações Atuariais Simplificadas. |
| Resolução CNPCC n. 22, de 25/11/2015 | Altera procedimentos para tratamento de déficits e superávits dos planos previdenciários. |
| Resolução CNPCC n. 23, de 25/11/2015 | Estabelece regras de aplicação exclusiva aos planos instituídos. |

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos administradores, conselheiros
participantes e patrocinadoras da
Fundação Promon de Previdência Social
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Promon de Previdência Social (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação Promon de Previdência Social, aqui denominado de consolidado, por definição da Resolução CNPC n. 8) em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas por plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da

adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Promon de Previdência Social e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2015, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

São Paulo, 23 de março de 2016.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Carlos Massao Takauthi

Contador CRC 1SP206103/O-4

Site Fundação Promon

Um espaço com dois ambientes – público e restrito.

www.fundacaopromon.com.br

Site institucional | público

No site institucional você tem acesso às informações financeiras e institucionais da Fundação Promon



Portal do Participante | restrito

No Portal do Participante você tem acesso às suas informações de cadastro, saldos, contribuições e benefícios



acesso ao **Portal do Participante**

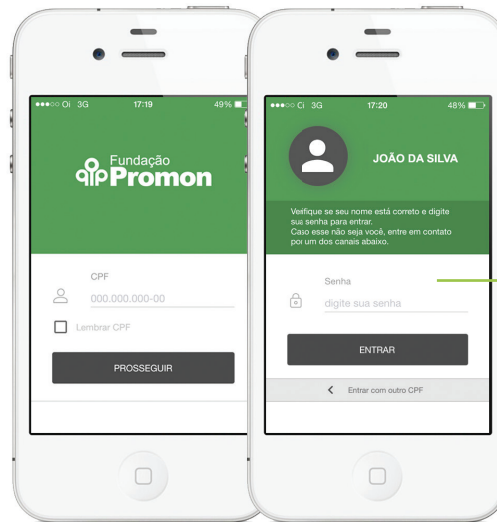
Se for o seu primeiro acesso, informe CPF, data de nascimento e, na sequência, cadastre sua senha de acesso utilizando o link que receberá em seu e-mail cadastrado na FPPS

Para facilitar ainda mais a comunicação entre a Fundação e seus participantes, foi desenvolvido, no período, um aplicativo para aparelhos celulares, o Aplicativo Participante Promon, por meio do qual você poderá acompanhar a evolução de seu plano de previdência administrado pela FPPS.

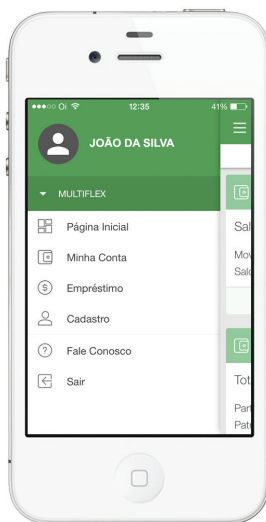
APLICATIVO PARTICIPANTE PROMON | versão mobile do Portal do Participante

Simplicidade e facilidade para você acompanhar, a qualquer momento e de qualquer lugar, a evolução de sua reserva previdenciária acumulada por meio dos planos de previdência administrados pela Fundação Promon.

Com o Aplicativo Participante Promon você pode acessar suas principais informações pessoais que estão atualmente disponíveis no Portal do Participante: contribuições, saldo, dados cadastrais, benefícios e contratos de empréstimos.



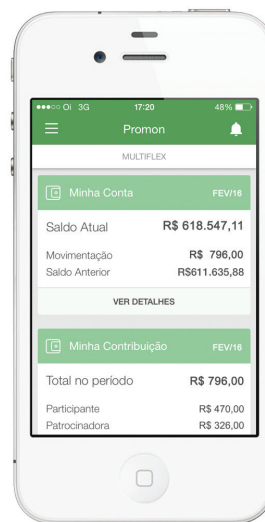
Usuário e senha
os mesmos
utilizados para
acessar o Portal do
Participante



**Informações
disponíveis**



Empréstimos



Minha conta

Disponível
gratuitamente na



PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA

Algumas iniciativas direcionadas à educação financeira e previdenciária dos participantes foram intensificadas em 2015, como a realização dos “Encontros com a FPPS”, eventos dirigidos aos participantes ativos para fomentar a discussão ampla sobre temas como benefícios, institutos e investimentos do plano MultiFlex. No início de 2016, foi lançado um *site* contendo informações e ferramentas de auxílio à elaboração e ao controle do planejamento financeiro e previdenciário desses mesmos participantes. São ações que compõem o Programa de Educação Financeira e Previdenciária da FPPS, aprovado pelo Conselho Deliberativo no ano anterior, e que terão continuidade em 2016.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

Jornais e Periódicos

Coleção de Relatórios Anuais da FPPS

Jornal da Fundação Promon, Promon Comunidade, Promon Informa e Promon Notícias

Fotografias

Acervo Promon

Livros

PROMON. *Uma ideia, uma empresa* (Promon, 1993).

LOYOLA BRANDÃO, Ignácio. *Para chegares ao que não sabes* (Promon, 2010).

APEP. *A voz do empresariado na previdência fechada: história da Associação dos Fundos de Pensão de Empresas Privadas – 1989-2014* (Apep, 2014).

Secretaria: (11) 5213 4107

Benefícios (11) 5213 4225

Empréstimos/Autopatrocínio: (11) 5213 4344

www.fundacaopromon.com.br

Conselho Deliberativo

Presidente

Luiz Fernando Telles Rudge

Conselheiros indicados

Cássio Ricardo de Moura
Gilson Galvão Krause
Luiz Gonzaga Marinho Brandão

Conselheiros eleitos

Cláudio Pfszter
Mônica Maria Orsolini
Raul Antonio Del Fiol

Suplentes

Adilson Augusto Peres
Herbert José Azevedo
Octavio Pierantí Filho

Conselho Fiscal

Conselheiros indicados

André Natali Schonert
Fábio Bittencourt R. de Oliveira

Conselheiro eleito

Rosana Bretzel

Suplente

Paulo Antônio Arouca

Conselho Consultivo

Luiz Ernesto Gemignani
Paulo Accioly Fragelli

Diretoria Executiva

Diretor-presidente

Milton Lopes Antelo Filho

Diretores

Marcia Fernandes Kopelman
Mário Sérgio de Pina Ribeiro

Comitê de Investimentos

Mário Sérgio de Pina Ribeiro
(Coordenador)
Felipe Alceu Amoroso Lima
Luiz Ernesto Gemignani
Luiz Fernando Telles Rudge
Luiz Gonzaga Marinho Brandão
Paulo Accioly Fragelli
Wagner Tirolli



FPPS | Fundação Promon de Previdência Social

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830
04543-900 São Paulo SP Brasil
www.fundacaopromon.com.br